



Corte de recursos para Defesa pode ser proibido por 10 anos

Objetivo de propostas em exame na Comissão de Constituição e Justiça é assegurar planejamento de longo prazo no reaparelhamento das Forças

Armadas. Sucateamento dos equipamentos e investimentos bélicos de países vizinhos são também citados como razões para preservar verbas.

páginas 6 e 7



FÁBIO POZZEBOM/ABR

Gastos com pessoal representam 71,52% do total das verbas previstas no orçamento para as Forças Armadas

segurança

Território de Paz visa reduzir violência em 50%

páginas 8 e 9

institucional

Conselho propõe nova estrutura para gabinetes

página 13

Rio 2016: senadores celebram conquista

página 12



CÉLIO AZEVEDO

Para Marcelo Crivella, que acompanhou a escolha em Copenhague, Jogos de 2016 resgatam "cidade maravilhosa"

cidadania

Tatuagem oferece risco à saúde

Para evitar arrependimento, é preciso amadurecer a ideia de fazer uma tatuagem ou colocar um *piercing*. A prática exige muito cuidado para prevenir contaminação.

página 16

e mais...

projetos aprovados	3
agora é lei	4
ambiente legal	10
voz do leitor	15
frases	15
pergunte ao senador	15



Audiência vai discutir marco para pré-sal

Comissão de Serviços de Infraestrutura vem realizando uma série de debates sobre desenvolvimento, e as reservas de petróleo recentemente descobertas no país são o tema da segunda etapa, que contará com quatro painéis até 9 de novembro

O marco regulatório do pré-sal será o tema da segunda etapa de uma série de audiências públicas que vem sendo promovidas pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). Nesta segunda-feira, o primeiro painel irá discutir o regime de partilha proposto pelo Executivo para a exploração da jazida petrolífera do pré-sal, que se estende na plataforma continental em uma faixa que vai do litoral do Espírito Santo a Santa Catarina.

Foram convidados para o debate o diretor de Produção da Petrobras, Guilherme Estrella; o geólogo e ex-superintendente da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) Ivan Simões Filho; o professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Edmar de Almeida; o secretário de Desenvolvimento do Rio de Janeiro, Júlio Bueno; e a advogada Marilda Rosado de Sá.

Até 9 de novembro, estão previstos outros três painéis para discutir as demais propostas relacionadas ao pré-sal encaminhadas pelo Executivo: a criação da Petro-Sal; a instituição de um fundo social com recursos oriundos da exploração do petróleo; e a capitalização da Petrobras.

Na primeira fase de debates, encerrada no dia 29 de setembro, a CI realizou sete painéis sobre o tema central "Infraestrutura para Inovação e Desenvolvimento".



Em 3 de setembro, Lula, Lobão e Dilma acompanham a primeira extração de petróleo da camada pré-sal, no Espírito Santo

CPI ouve depoimentos sobre operação

A Comissão Parlamentar de Inquérito da Petrobras colhe nesta terça-feira depoimentos sobre a Operação Águas Profundas da Polícia Federal. A reunião com esse objetivo seria realizada na semana passada, mas a CPI adiou os depoimentos devido à ausência do delegado Cláudio Nogueira, da Polícia Federal, responsável pelas investigações de supostas fraudes na licitação da reforma de plataformas, e do procurador da República Carlos Alberto Gomes de Aguiar, responsável pela apresentação da denúncia no Ministério Público.

O único a comparecer foi Ilton José Rosseto Filho, engenheiro de Petróleo sênior da estatal. Rosseto Filho era o engenheiro responsável da Petrobras à época das investigações. A CPI da Petrobras investiga supostas irregularidades envolvendo a própria estatal e também a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Exploração de água mineral é tema de debate

As comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Assuntos Econômicos (CAE) realizam audiência conjunta nesta quarta-feira, para debater a exploração, a tributação e o uso da água mineral.

A exploração do produto no Brasil obedece ao Código de Mineração (Decreto-Lei 227/67) e ao Código de Águas Mineiras (Decreto-Lei 7.841/45). Os procedimentos de controle de qualidade sanitária da água, em

todas as suas etapas, são disciplinados também por portarias e resoluções editadas pelo Ministério da Saúde e fiscalizadas pelas secretarias de Saúde dos estados e municípios.

Em 2004, foram ampliadas as discussões na Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CTAS) do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) a respeito da inclusão, ou não, da água mineral no processo de gestão de recursos hídricos estaduais.

Estão convidados os ministros de Minas e Energia (MME), Edison Lobão, e da Agricultura, Reinhold Stephanes; o presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), Paulo Camilo; o secretário de Geologia e Mineração do MME, Cláudio Scliar; o presidente da Associação Brasileira de Indústria de Água Mineral (Abinam), Carlos Lancia; e o presidente do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), Nelson Machado.

comissões

Segunda-feira

18h – INFRAESTRUTURA

Pré-sal – A comissão realiza audiência pública sobre o regime de partilha no marco regulatório da exploração de petróleo na camada do pré-sal, como parte do ciclo de debates "Desafios estratégicos setoriais – agenda 2009-2015". Devem participar da reunião o diretor de produção da Petrobras, Guilherme Estrella, o geólogo Ivan Simões Filho e representante do governo estadual do Rio de Janeiro.

Terça-feira

10h – ASSUNTOS SOCIAIS

HIV – Com 13 itens na pauta, analisa projeto que estabelece distribuição gratuita de leite especial industrializado para filhos de mães portadoras do vírus da Aids. Examina também proposta que determina a distribuição gratuita de medicamentos de uso contínuo.

10h – ASSUNTOS ECONÔMICOS

Braile – Examina 16 itens, entre eles o projeto de lei que torna obrigatório o sistema braile nas telas de caixas eletrônicas e a proposta que autoriza dedução do Imposto de Renda de doações a fundos municipais, estaduais e nacional do idoso.

11h – EDUCAÇÃO

Universidade – Analisar projeto que assegura a professores da rede pública acesso a cursos superiores sem necessidade de vestibular. Outra proposta em exame na comissão cria a Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa).

11h30 – MEIO AMBIENTE E FISCALIZAÇÃO

Administração – Audiência pública vai ouvir o senador Heráclito Fortes (DEM-PI) e o diretor-geral do Senado, Haroldo Feitosa Tajra, sobre as medidas adotadas pela Casa com relação às questões administrativas e de gestão.

14h30 – MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Efeito estufa – Realiza audiência pública sobre "Inventário de emissões de gases de efeito estufa" e "Regulamentação de mercado de carbono", com a presença de representantes dos ministérios da Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente.

Quarta-feira

8h30 – CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Televisão comunitária – Promove audiência pública sobre projeto que estabelece serviço de televisão comunitária. Entre os convidados, o consultor jurídico

do Ministério das Comunicações, Marcelo Bechara; o superintendente da Anatel, Ara Apkar Minassian; e o conselheiro da Abert, Paulo Machado de Carvalho Neto.

9h – ASSUNTOS SOCIAIS

Marajó – Audiência pública discute a situação da população do arquipélago de Marajó (PA) com o presidente da Funasa, Francisco Bastos Forte; o prefeito de Anajás (PA), Edson da Silva Barros; e a secretária de Saúde do Pará, Marisa Sílvia Martins Leal.

9h – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Progressão de pena – Analisa projeto que prevê exame criminológico para progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena. Entre os convidados, estão a ministra do Superior Tribunal de Justiça, Maria Thereza Moura; o desembargador Walter Maierovitch e o ex-secretário de Segurança Pública de São Paulo Nagashi Furukawa.

10h – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Ética – Comissão analisa, entre 48 itens na pauta, projeto de resolução que institui o Código de Ética do Senado. Também pode ser votado o projeto que estabelece regras para provimento de cargos de agente comunitário de saúde.

plenário

Segunda-feira

14h - Sessão não deliberativa

Terça-feira

10h – Sessão especial
Homenagem – Comemora os 150 anos de nascimento do jurista Clóvis Beviláqua.

14h – Sessão deliberativa

Exportações e ajuda ao BNDES – A pauta está trancada por dois projetos de lei de conversão: o PLV 14/09 (MP 464/09), que visa fomentar as exportações, e o PLV 15/09 (MP 465/09), que autoriza concessão de subvenção econômica ao BNDES.

Quarta e Quinta-feira

14h - Sessão deliberativa

Sexta-feira

9h - Sessão não deliberativa

decisões

Contra o aborto e a favor do casamento gay

Durante a sabatina na CCJ, José Antonio Dias Toffoli não evitou responder a perguntas ou mesmo se posicionar sobre assuntos polêmicos, como a legalização do aborto (é contra) e o casamento entre homossexuais. Ele declarou-se católico apostólico romano, mas garantiu que vestindo a toga de juiz agirá de acordo com a Constituição e não de acordo com a sua fé. Para Toffoli, é preciso discutir mecanismos mais eficientes para combater o aborto, pois a criminalização não é o instrumento mais eficaz. Em relação ao casamento entre homossexuais, o advogado lembrou que a Constituição diz ser dever do Estado promover o bem de todos sem discriminação. Toffoli disse que o homossexualismo é um fato social e deveria ser reconhecido pelo Estado, uma vez que este não faz qualquer distinção na hora de cobrar impostos.

Reputação e saber foram questionados

Vários senadores questionaram se Toffoli atenderia aos requisitos constitucionais de reputação ilibada e notório saber jurídico. Foram lembrados fatos como ele ter sido reprovado em dois concursos públicos para juiz, uma condenação em primeira instância na Justiça do Amapá e sua militância partidária pelo PT. Demostenes Torres (DEM-GO) manifestou a preocupação de muitos senadores de que o indicado atue partidariamente em casos do governo, por ter sido advogado do PT (*leia à direita*), fato também destacado por Alvaro Dias (PSDB-PR). – Vossa excelência foi reprovado em dois concursos públicos. Não fez mestrado, nem doutorado, não há obra publicada. Sua trajetória profissional também não está ligada a grandes causas – observou Alvaro Dias, para quem o cargo de ministro do STF não pode ser “um cabide de emprego para premiar quem quer que seja”.

Aos 41 anos, José Antonio Toffoli é confirmado ministro do STF

Indicação do advogado-geral da União e ex-advogado do PT e do próprio presidente Lula foi aprovada por ampla maioria no Plenário, depois de longa sabatina pelos senadores na CCJ

Com 58 votos favoráveis, 9 contrários e 3 abstenções, o Senado aprovou a indicação de José Antonio Dias Toffoli ao cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). A confirmação ocorreu após mais de oito horas de sabatina na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (*veja à esquerda*), onde o placar foi igualmente folgado (20 a 3), apesar da polêmica que envolveu a indicação (*leia nesta página*).

Toffoli foi indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para ocupar a vaga aberta com a morte do ministro Carlos Alberto Menezes Direito, no início de setembro. Segundo o artigo 101 da Constituição federal, ministros do STF devem ter mais de 35 e menos de 65 anos, notável saber jurídico, reputação ilibada e precisam da aprovação do Senado para ser confirmados no cargo.

– Podem ter certeza que terei um comportamento absoluta-

mente isento e imparcial, porque meus compromissos serão com a Constituição federal e com a minha consciência – afirmou Toffoli, atualmente à frente da Advocacia-Geral da União (AGU), mas que foi advogado do PT e do próprio Lula.

Entre os senadores que parabenizaram Toffoli em Plenário estavam Aloizio Mercadante (PT-SP), Delcídio Amaral (PT-MS), Eduardo Suplicy (PT-SP), Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Renato

Casagrande (PSB-ES).

Ao falar aos senadores na CCJ, Toffoli disse que o Congresso Nacional e o Palácio do Planalto têm procurado trabalhar para tornar mais ágil e eficiente a Justiça, mas apontou a necessidade de esforço maior desses Poderes – o Legislativo para fazer leis e o Executivo para executá-las – a fim de que somente cheguem à última instância do Poder Judiciário os problemas realmente sem solução.



FOTOS: JOSÉ CRUZ

Carreira dedicada quase integralmente à advocacia

José Antonio Dias Toffoli, 41 anos, exerce o cargo de advogado-geral da União desde 2007. O futuro ministro do STF formou-se em Direito em 1990 pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, que integra a Universidade de São Paulo.

Toffoli já ocupou os cargos de subchefe para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República, chefe de gabinete da Secretaria de Implementação

das subprefeituras do Município de São Paulo, assessor jurídico da Liderança do PT na Câmara dos Deputados e assessor parlamentar na Assembleia Legislativa de São Paulo.

Na iniciativa privada, Toffoli foi sócio dos escritórios Toffoli & Rangel Advogados e Toffoli & Telesca Advogados Associados, além de ter exercido a advocacia em São Paulo entre os anos de 1991 e 1995. Foi advogado do

PT em três campanhas presidenciais de Lula.

Na área acadêmica, atuou como professor de Direito Constitucional e de Direito de Família na Faculdade de Direito do Centro de Ensino Unificado de Brasília (Uniceub) e de Direito Constitucional em curso de atualização de carreiras jurídicas da escola da magistratura da Associação dos Magistrados do Distrito Federal.

A CCJ reunida e o indicado Toffoli, com a Constituição na mão: com apenas 41 anos, ele poderá passar quase três décadas como ministro do Supremo Tribunal Federal

Superávit fiscal de 2009 cai para 2,5%

O Congresso aprovou a proposta do governo federal de reduzir a meta de superávit fiscal (diferença entre receitas e gastos, excetuando os juros da dívida pública) deste ano para 2,5% do PIB, em relação aos 3,8% praticados no Orçamento do ano passado. A proposta original previa uma economia de R\$ 28,5 bilhões, que seriam usados pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). No entanto, o Congresso aceitou, por acordo partidário feito na Comissão Mista de Orçamento (CMO), limitação a apenas R\$ 15,5 bilhões.

Socorro de R\$ 1 bilhão para municípios

O Congresso aprovou projeto que permite ao governo federal repassar R\$ 1 bilhão para socorrer as prefeituras prejudicadas pela queda nos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). O crédito no Orçamento da União ajudará os municípios a recompor receitas afetadas pela crise financeira mundial. A queda na atividade econômica teve, naturalmente, reflexos na arrecadação de tributos, diminuindo o volume de recursos do FPM. O Congresso aprovou ainda dez projetos de lei abrindo créditos suplementares no valor aproximado de R\$ 1,5 bilhão.

projetos aprovados

De 28 de setembro a 2 de outubro

Em Plenário

➔ **Mensagem 185** – Aprova José Antonio Dias Toffoli para ministro do STF. Vai à promulgação.

➔ **Congresso Nacional** – Aprovados dez projetos de créditos para ministérios, além do PL 50/09-CN, que abre crédito para construção de submarino, e o PL 63/09-CN, que reduz superávit a 2,5% do PIB.

CE

➔ **PLS 638/07**, de Cristovam Buarque (PDT-DF) – Prevê capacitação profissional para identificar vítimas de abuso sexual.

➔ **PLS 231/09**, de José Agripino (DEM-RN) – Garante a geriatria nos cursos de Medicina.

➔ **PLC 42/09** – Proíbe cursos

simultâneos em universidades,

CCT

➔ **PLC 73/09** – Cooperação entre a Anvisa e universidades.

➔ **PLC 100/09** – Inclui o nome dos dubladores em obras audiovisuais.

➔ **Concessões** – Aprovados 58 projetos que permitem funcionamento de rádios e TVs.

CRE

➔ **PLS 516/07**, de Expedito Júnior (PR-RO) – Obriga a União a trasladar corpo de brasileiro de família sem recursos.

CCJ

➔ **PLS 476/03**, de Gerson Camata (PMDB-ES) – Cria punição por crime relativo a lavagem de dinheiro.

eleições



À mesa, senadores Romeu Tuma e Antônio Carlos Valadares, dom Dimas Lara Barbosa e Silvia Mara Leite Cavalcante

Senado celebra lei que pune compra de votos

Há dez anos, foi aprovada a proposta de iniciativa popular que ajudou a cassar mais de 600 políticos. Agora, luta é pelo veto aos “fichas sujas”

O Senado comemorou, em sessão especial na terça-feira, os dez anos da Lei 9.840/99, que pune a compra de votos e o uso eleitoral da máquina administrativa, destacada pelos parlamentares como a primeira proposta de iniciativa popular aprovada pelo Congresso, além de ter sido um passo importante para o combate à corrupção no Brasil. A partir de então, mais de 600 políticos, desde vereadores até governadores

de estado, foram cassados.

Entidades presentes à sessão, como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – e que integram o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral – entregaram ao presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, outra proposta de iniciativa popular, a que proíbe a candidatura de pessoas com “ficha suja” nas eleições (*leia mais à direita*), com 1,3 milhão

de assinaturas.

Discursaram na sessão o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), que sugeriu a homenagem, Aloizio Mercadante (PT-SP), Romeu Tuma (PTB-SP), Marina Silva (PV-AC), José Nery (PSOL-PA) e Fátima Cleide (PT-RO). Valadares destacou a importância da participação da sociedade na vida pública e da pressão que os eleitores podem exercer para modificar sua realidade.

Novas regras permitiram cassação de vários políticos

A Lei da Compra de Voto trouxe duas grandes novidades: punição mais eficaz do que a prevista no Código Eleitoral, prevendo cassação do registro do candidato que comprar voto de eleitores; e a mesma punição para o uso da máquina administrativa no processo eleitoral.

Antes, a compra de votos, embora condenada pelo Código Eleitoral, raramente era punida. O código previa prisão somente depois de o infrator ser condenado, o que levava anos. Quanto ao uso da máquina, a legislação anterior só previa multa ao infrator.

Pela Lei 9.840, é considerada compra de votos o fato de o candidato doar, oferecer, prometer ou entregar algo ao eleitor, com a



O abaixo-assinado que acompanhou a proposta da Lei da Compra de Voto, apresentada na década passada: eleições limpas e punição a infratores

finalidade de obter seu voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública, desde o registro

da candidatura até o dia da eleição, observadas as regras da Lei das Inelegibilidades (Lei 64/90), em seu artigo 22.

Projeto da ficha limpa chega com o aval de 1,3 milhão de brasileiros

O Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral entregou ao presidente da Câmara, Michel Temer, o projeto de iniciativa popular que institui a chamada “ficha limpa” obrigatória para os candidatos nas eleições em todos os níveis.

O projeto de lei recebeu 1,3 milhão de assinaturas, coletadas pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). O texto torna inelegível candidato condenado em primeira instância ou denunciado por crimes como improbidade administrativa, uso de mão de obra escrava e estupro.

Segundo a Agência Câmara, Temer elogiou a iniciativa do movimento, mas acredita que a proposta deve ser modificada pelo Congresso. Ele cita como

exemplo o fato de o projeto popular permitir que um único juiz decida sobre a inelegibilidade de um candidato. O presidente da Câmara defende que a futura lei só deve ser aplicada depois de uma decisão colegiada.

Em 2009, o STF rejeitou a ação protocolada pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) que pedia que os candidatos condenados em primeira instância fossem impedidos pela Justiça de disputar as eleições. Com a decisão, o STF manteve a validade da Lei de Inelegibilidade (Lei Complementar 64/90), seguindo a interpretação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de que apenas candidatos condenados em última instância poderão ser impedidos de disputar as eleições.



Senador José Nery (E), o secretário da CNBB, dom Dimas Lara Barbosa, e o presidente da Câmara, Michel Temer, diante do 1,3 milhão de assinaturas

Web será estrela nas eleições de 2010, revela pesquisa do DataSenado

Ao lado da televisão, a internet será a grande estrela nas eleições gerais brasileiras de 2010. Pesquisa nacional do DataSenado ouviu, por telefone, 1.088 brasileiros eleitores, distribuídos por todas as capitais do país. O levantamento mostrou que a internet é o segundo meio de comunicação mais usado pelo cidadão para informar-se sobre política, atrás apenas da TV.

A principal vantagem da web nas próximas eleições, segundo os entrevistados, será facilitar

o diálogo entre eleitores. Dois em cada três deles consideram que a web terá grande impacto no próximo pleito (59%), sendo que entre os cidadãos que usam regularmente sites de notícias e participam de redes sociais (Orkut e Twitter, por exemplo), esse percentual sobe para 64%.

No esforço do cidadão para informar-se sobre questões políticas, a TV foi, de longe, o veículo mais citado (67%) pelos entrevistados, mas a internet apareceu em segundo lugar, com 19%.

agora é lei

Eleitor poderá votar para presidente mesmo fora de sua cidade

A partir do ano que vem, candidatos e eleitores vão conviver com algumas novidades na disputa eleitoral. Com a nova lei (Lei 12.034/09), sancionada na terça-feira pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o voto em trânsito e a impressão de voto farão parte do processo eleitoral do país. Haverá também novas regras para a campanha na internet.

O presidente vetou o ponto do texto que obrigava que os debates na internet seguissem os moldes do que é feito pelo sistema de comunicação tradicional.

A lei permite a propaganda eleitoral a partir do dia 5 de julho nos sites dos candidatos, partidos e coligações; por e-mail para endereços cadastrados gratuitamente; e em blogs, Twitter e

outras redes sociais. É proibida a propaganda, mesmo que gratuita, em sites de pessoas jurídicas ou em sites oficiais da administração pública, assim como a venda de cadastro de endereços eletrônicos.

A partir das eleições de 2014, será instituído o voto impresso, para eventuais conferências. Após a confirmação final do

voto pelo eleitor, a urna eletrônica imprimirá o voto, que será depositado de forma automática, sem contato manual do eleitor, em local lacrado.

A nova lei também cria o voto em trânsito. Quem estiver viajando no dia da eleição poderá votar para presidente e vice-presidente da República, em urnas instaladas nas capitais dos estados.

Qualquer cidadão, mesmo que responda a processos na Justiça, estará apto a se candidatar. A Câmara rejeitou emenda do Senado que exigia “reputação ilibada e idoneidade moral” dos candidatos.

A lei permite a doação para campanhas eleitorais apenas por depósito identificado por boleto ou meio eletrônico.

Franceses exaltam as virtudes do caça Rafale

A CRE ouviu na semana passada de três enviados franceses – o almirante Edouard Guillaud; Eric Trapier, vice-presidente da Dassault; e o embaixador francês Antoine Pouillieute – a defesa do caça Rafale, um dos três modelos de aviões de combate que a Força Aérea Brasileira poderá comprar.

O almirante disse ter vindo ao Brasil a pedido do presidente Nicolas Sarkozy, que garantiu a “transferência de tecnologia total, sem limite e sem restrição”, inclusive para desenvolvimentos futuros. Lembrou que, ao comprar o avião, seja de que fabricante for, o país define uma parceria estratégica.

– Um acordo de transferência de tecnologia se faz com confiança – afirmou, acrescentando que a vida operacional do avião varia de 35 a 40 anos.

O militar informou que seu país investiu 7 bilhões de euros no desenvolvimento do avião, hoje usado pela Marinha e pela Força Aérea, inclusive em operações no Afeganistão. O concorrente sueco Gripen existiria “somente no papel”. Segundo ele, há um caça da Saab com este nome, mas um modelo mais antigo do que o oferecido ao Brasil.

Indústria nacional poderá fabricar peças do avião

Em resposta ao senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Eric Trapier, vice-presidente da fabricante Dassault, disse que sua companhia já está em discussão com 16 empresas brasileiras para fabricação de componentes do avião no Brasil – entre elas a Embraer, da qual a Dassault detém 5% das ações.

O maior problema é a fabricação de turbinas e equipamentos eletrônicos, já que a indústria brasileira não elabora peças com o nível de sofisticação exigido. O almirante disse que, no futuro, a França poderá ordenar a compra de peças de reposição do avião no Brasil, caso elas sejam oferecidas a um preço menor.

O senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB) indagou ao almirante Guillaud sobre a pouca eficácia dos mísseis Exocet na Guerra das Malvinas (em 1982) e sobre um possível acordo secreto entre a França e o Reino Unido naquele conflito, que impediria o funcionamento normal desse armamento. Guillaud afirmou ser especialista em mísseis e negou qualquer acordo, dizendo que, ao contrário, o míssil teve grande eficácia, atingindo 105 embarcações britânicas naquela guerra.

Polêmica impede votação de censura a cerco da embaixada

Depois de aprovado na CRE, texto de repúdio às atitudes do governo hondurenho divide opiniões no Plenário

O requerimento para que o Senado apresente um voto de censura e repúdio ao cerco militar da embaixada brasileira em Honduras – onde está abrigado o presidente deposto daquele país, Manuel Zelaya – provocou polêmica na quarta-feira e, por isso, acabou não sendo votado. É a segunda vez que o requerimento, já aprovado na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), deixa de ser votado em Plenário por falta de consenso.

Ao se opor à aprovação da proposição, o senador Demostenes Torres (DEM-GO) afirmou que o texto, da forma como está, “representa um apoio indireto à atitude desastrosa do governo brasileiro nesse caso”.

– Por que o Senado deveria apoiar um governo [o brasileiro] que rasgou as regras de convivência internacional, desrespeitando o princípio de autodeterminação dos povos? – questionou Demos-

tenes.

Eduardo Azeredo (PSDB-MG), presidente da Comissão de Relações Exteriores, discordou de Demostenes, argumentando que “o requerimento não apoia o governo e seu ponto principal é o repúdio ao cerco militar da embaixada”.

Azeredo lembrou ainda que a nota foi ampliada para condenar “o uso da embaixada como palanque político para Zelaya”.

– O governo brasileiro fez, sim, uma trapalhada. Mas isso não significa que não possamos condenar o cerco militar à embaixada – declarou Azeredo.

O presidente da CRE salientou ainda que o requerimento foi discutido nessa comissão e “resultou do consenso, do meio termo entre posições distintas, como as dos que defendem o governo brasileiro e os que o criticam”.



Demostenes (D) criticou voto de censura por representar um “apoio indireto à atitude desastrosa do governo”. Inácio Arruda (E) e Azeredo (ao fundo) defendem a aprovação

Entre os senadores que se manifestaram a favor do requerimento estavam Flávio Arns (sem partido-PR), Inácio Arruda (PCdoB-CE), Renato Casagrande (PSB-ES) e Wellington Salgado (PMDB-MG).

– É uma pena que o Senado não possa condenar o cerco muito mais por motivos internos do que externos – disse Renato Casagrande.

Assim como Demostenes, Heráclito Fortes (DEM-PI) pediu que o requerimento não seja votado da forma como está. Ele reiterou

que a nota de repúdio acaba por referendar “a política errada da diplomacia brasileira” e sugeriu uma nova reunião para que se altere o texto.

– A preocupação de Demostenes é pertinente. Estamos com um pepino – declarou Heráclito.

Segundo o senador, Zelaya, quando esteve no Brasil, teria se reunido com Marco Aurélio Garcia, assessor especial da Presidência da República para Assuntos Internacionais, com o objetivo de combinar sua ida à embaixada brasileira.



Celso Amorim, entre os senadores Aloizio Mercadante (E) e Eduardo Azeredo, que cobrou do ministro a redução dos partidários de Zelaya na embaixada

Amorim revela que Brasil negou avião para Zelaya ir a Honduras

O governo brasileiro negou, há três meses, a Manuel Zelaya, um pedido de empréstimo de avião para que ele retornasse a seu país, revelou o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, ao falar na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Ele admitiu que os esforços de Zelaya para retornar ao seu país “eram óbvios”, mas reiterou que só soube da presença dele em Tegucigalpa “20 ou 30 minutos antes” de ele chegar à porta da embaixada.

Segundo o ministro, Zelaya lhe garantiu, ao pedir permissão para entrar na embaixada, que estava na capital de Honduras para tentar retornar ao cargo “por meios pacíficos e pelo diálogo”. Para Amorim, não haveria outro caminho a não ser a oferta

de abrigo. A decisão, a seu ver, teve “relativo êxito”, uma vez que não se registrou até o momento nenhum ato de violência dos seguidores de Zelaya.

– Fizemos a coisa certa. Tínhamos duas possibilidades: ou dar a ele proteção ou dizer-lhe não, dizer que fosse embora – afirmou Amorim, lembrando que, caso a embaixada não houvesse acolhido o presidente deposto, ele poderia ter sido preso ou morto pelo novo regime do país.

O ministro lembrou ter pedido ajuda da Organização das Nações Unidas (ONU) para buscar uma solução negociada para a crise em Honduras, já que ela teria “mais capacidade de implementar medidas” que o organismo continental (OEA).

Sarney acha “exagero” transformar embaixada em comitê político

O presidente do Senado, José Sarney, considerou “um exagero” a transformação da embaixada em Tegucigalpa num comitê político do presidente deposto Manuel Zelaya. Sarney disse que o Brasil não poderia deixar de abrigar um homem deposto por um golpe de estado, mas agora vive-se outra fase nessa crise.

– Esse abuso não é bom para o Brasil e nem para Zelaya. A embaixada tem que zelar pelas leis que determinam a

não intervenção nos assuntos internos dos países. O Brasil, há 200 anos, tem respeitado essa lei da soberania dos países e de não intervenção – assinalou Sarney.

O presidente da CRE, Eduardo Azeredo, pediu ao ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, que o governo se empenhe pela redução do número de partidários de Zelaya – cerca de 60, mas já foram mais de 300 – que ainda estão na embaixada.

CRE promete decisão sobre Venezuela para 29 de outubro

Depois de vários adiamentos, a CRE deverá decidir no dia 29 de outubro se aprova ou não a adesão da Venezuela ao Mercosul. A decisão foi anunciada pelo presidente da comissão, Eduardo Azeredo, depois que o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), pediu vistas de parecer do relator, Tasso Jereissati (PSDB-CE), contrário à adesão. Jucá disse que vai apresentar voto em separado e favorável à adesão.

Como observou o senador Alvaro Dias (PSDB-PR), a decisão a ser tomada pela comissão – e que terá de ser submetida ao Plenário – terá “repercussão internacional”.

Azeredo marcou a votação para quatro semanas depois,

mas a discussão sobre o tema prosseguiu na comissão. O senador Pedro Simon (PMDB-RS) fez uma apaixonada defesa da integração da América do Sul.

– Se o Senado fechar as portas à Venezuela, vai matar o Mercosul. Se a Venezuela entrar no Mercosul, a democracia ali será garantida, pois, caso contrário, o país será expulso do bloco – afirmou Simon.

Jereissati admitiu que inicialmente pensava apresentar voto favorável, embora com ressalvas, mas que um dos fatores que o fizeram mudar de ideia foi o conteúdo do relatório da Organização dos Estados Americanos (OEA), sobre a situação dos direitos humanos naquele país.

Senado discute fim dos cortes nas verbas militares

Proposta que proíbe por dez anos o bloqueio dos investimentos das três Forças, aprovados pelo Congresso, deve ser analisada pela CCJ

Os planos de modernização e reaparelhamento das Forças Armadas, com investimentos em submarinos nucleares e convencionais, 36 caças supersônicos, helicópteros e novos blindados, envolvendo cifras que podem atingir mais de US\$ 21 bilhões em 20 anos, conforme projeções de alguns especialistas em defesa, reacenderam a discussão no governo e no Congresso sobre a necessidade de evitar o bloqueio de recursos orçamentários para o Exército, a Marinha e a Aeronáutica.

Enquanto esse debate no governo ganhou, na última semana, adeptos importantes, como o vice-presidente José Alencar, o assunto será agora discutido no Senado. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) deverá analisar relatório do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que endossa proposta de emenda constitucional que proíbe por dez anos qualquer represamento aos investimentos das três Forças aprovados pelo Congresso,

tanto pela lei orçamentária anual quanto nos créditos especiais e suplementares.

Simon informou ao **Jornal do Senado** que já solicitou ao presidente da CCJ, senador Demostenes Torres (DEM-GO), autor de uma das duas PECs (a de número 85/03) que proíbem o contingenciamento, que o seu parecer seja votado na comissão. O relator preferiu o texto de Marcelo Crivella (PRB-RJ), da PEC 53/04, por fixar prazo para que os investimentos militares não sofram cortes.

O argumento central da Defesa é que o contingenciamento derriba qualquer planejamento de longo prazo, encarecendo o custo dos contratos para a União. Por essa razão, Crivella preserva as contrapartidas nacionais a financiamentos externos, inclusive assegurando o atendimento integral dos cronogramas de desembolso negociados nesses contratos.

O fim do contingenciamento para os recursos das Forças Armadas também deve ser discuti-

do na Comissão de Relações Exteriores (CRE). O presidente da CRE, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), avalia que o represamento do orçamento não mais se justifica com a estabilização da economia. O sucateamento dos equipamentos militares brasileiros, os pesados investimentos bélicos de países vizinhos, como Venezuela, Colômbia e Chile, e a ameaça de conflitos nas Américas estão induzindo, na opinião de Azeredo, a "certo consenso" de que o Brasil precisa ter Forças Armadas equipadas e modernas.

Para assegurar a implementação da Estratégia Nacional de Defesa (END), apresentada pelo ministro da Defesa, Nelson Jobim, aos integrantes da CRE, os responsáveis pelas áreas orçamentárias das três Forças consideram fundamental que os recursos para os planos de reaparelhamento não sejam bloqueados (ver matérias na página ao lado).



Relatório de Simon (E) é favorável à PEC que veda cortes pela lei orçamentária anual e pelos créditos especiais e suplementares. Para Azeredo, com economia estabilizada, contingenciamento não mais se justifica

Aposentadorias e pensões são o que pesa no orçamento da Defesa

Com R\$ 57,62 bilhões previstos para 2010, o orçamento do Ministério da Defesa é o terceiro em tamanho. Só está atrás dos orçamentos da Previdência (R\$ 254 bilhões) e da Saúde (R\$ 62,47 bilhões). O valor para o próximo ano registra um aumento de 10,55% em relação ao que foi autorizado até agora para 2009, incluindo não só a lei orçamentária como também os créditos especiais e suplementares aprovados.

Nessa comparação, todas as Forças apresentam crescimento de recursos: 13,53% para a Marinha, 11,67% para a Aeronáutica e 8,98% para o Exército, conforme nota técnica dos consultores de Orçamento da Câmara e do Senado. Mas o peso dos gastos com pessoal, especial-

mente com os inativos e os pensionistas, distorce o orçamento da Defesa. A parte de pessoal consome 71,52% do total das verbas orçadas. Dentro disso, os aposentados e pensionistas levam R\$ 26,5 bilhões.

O responsável pelo orçamento do Exército, Gerson Forini, lembra que os militares são os únicos com os gastos previdenciários dentro dos seus próprios orçamentos. Os civis estão na Previdência. Com efetivo de 192 mil pessoas, o maior das três Armas, o Exército gastará R\$ 14,01 bilhões com os inativos, dos R\$ 25,2 bilhões orçados para 2010. A extinção da pensão para filhas de oficiais (MP 215/01) só terá seu impacto na folha do Exército reduzido drasticamente a partir de 2036.

Dinheiro para reaparelhamento do Exército tem redução de 23,91%

A previsão de que o Congresso terá que definir cortes mais fundos do que nos anos anteriores para ajustar a proposta orçamentária que veio inflada do Executivo – o rombo a ser preenchido nas despesas da União poderá superar a casa dos R\$ 10 bilhões, pelos cálculos iniciais dos consultores de Orçamento – colocou de prontidão a área da Defesa. As articulações com o relator setorial, deputado Francisco Rodrigues (DEM-RR), são para poupar os planos de reaparelhamento de cada Força.

O mais prejudicado na proposta do Executivo para o próximo ano foi o Exército. Detentor do maior orçamento, em função dos gastos com pessoal (ver matéria na página ao lado), e do menor volume de investimento – R\$ 757 milhões – entre as três Forças, o Exército só obteve R\$ 361,18 milhões para seu reaparelhamento. Ou seja, uma redução de 23,91% em relação a este ano.

Para turbinar essas cifras, a alternativa que está sendo negociada com o Ministério do Planejamento prevê a solicitação

Força negocia aprovação de créditos especiais de R\$ 1,65 bilhão

ao Congresso de quatro créditos especiais, que somam R\$ 1,65 bilhão. Votados nesse final de ano, os recursos ficariam assegurados para o próximo exercício. O de maior valor, segundo informações do general Gerson Forini, responsável pela área de economia e finanças do Exército, alcança R\$ 619 milhões para a compra de foguetes de longo alcance lançadores do sistema Astros, radares de vigilância e mísseis antiaéreos.

Outro, de R\$ 302 milhões, vai garantir a recuperação de carros de combate e a fabricação nacional pela Fiat-Iveco de protótipos e de um lote piloto de 16 viaturas da nova família de blindados conhecidos como Urutu

3. A meta, conforme Forini, é a fabricação de 2 mil blindados em 20 anos. A proteção da fronteira terrestre da Amazônia, com novo sistema de vigilância eletrônica, responde pelo pedido de crédito de R\$ 374 milhões. Outros R\$ 363 milhões foram solicitados para modernizar a frota de veículos, com compras de 1.720 viaturas.

O Exército tem enfrentado for-



Exército perdeu R\$ 342 milhões do orçamento de 2008, o que obrigou a Força a reduzir o expediente e incorporar menos recrutas

tes restrições orçamentárias. Este ano só incorporou 50 mil homens, adotando medidas emergenciais, como a redução do expediente por duas semanas. Perdeu R\$ 342 milhões do orçamento de 2008 e luta para descontingenciar R\$ 229 milhões deste ano para reforçar o sustento da tropa. Só a alimentação está orçada em R\$ 274 milhões para 2010. Se esses recursos forem garantidos, o Exército poderá executar, segundo Forini, seu plano de recrutar 70 mil homens no próximo ano.

Sem submarinos, orçamento da Marinha continua à mingua

O principal programa de investimentos da Marinha, com a construção de cinco submarinos – um deles movido a propulsão nuclear –, já conta com a abertura de crédito especial de R\$ 2,1 bilhões, aprovado pelo Congresso na semana passada (PLN 50/09). Desse total, a área econômica prometeu liberar R\$ 608 milhões até novembro, segundo o coordenador de Orçamento da Marinha, almirante Anatalicio Risdén. O planejamento é lançar

em 20 de janeiro, acrescentou, a pedra fundamental do estaleiro e da base naval em Itaguaí (RJ), onde serão construídos os submarinos. A parcela restante de R\$ 1,5 bilhão será liberada em 2010, reforçando os investimentos no Prosub, orçados em R\$ 2,314 bilhões.

A soma dessas quantias irá garantir R\$ 3,8 bilhões para os submarinos em 2010. No entanto, sem o Prosub, o orçamento da Marinha continua revelando a situação de penúria pela qual a Força passa há anos. A sua capacidade de fiscalizar os 4,5 milhões de quilômetros quadrados da costa brasileira, denominada de Amazônia Azul, é tão reduzida que a Força restringe

a fiscalização a demandas específicas. Para se ter ideia, dos 23 aviões pertencentes à Marinha, apenas dois estão em operação. Se forem mantidos os R\$ 2 bilhões em 2010 para gastos de custeio, o navio patrulha Gurupi só terá condições de fiscalizar as bacias de Campos (RJ) e de Santos (SP) durante 15 dias a cada mês, como disse Nelson Jobim aos senadores da CRE.

Por essa razão, conforme Risdén, a Marinha está negociando com os parlamentares a apresentação de emendas para reforçar em mais R\$ 800 milhões o seu orçamento de 2010. Desse total, o pleito emergencial da Força é de, pelo

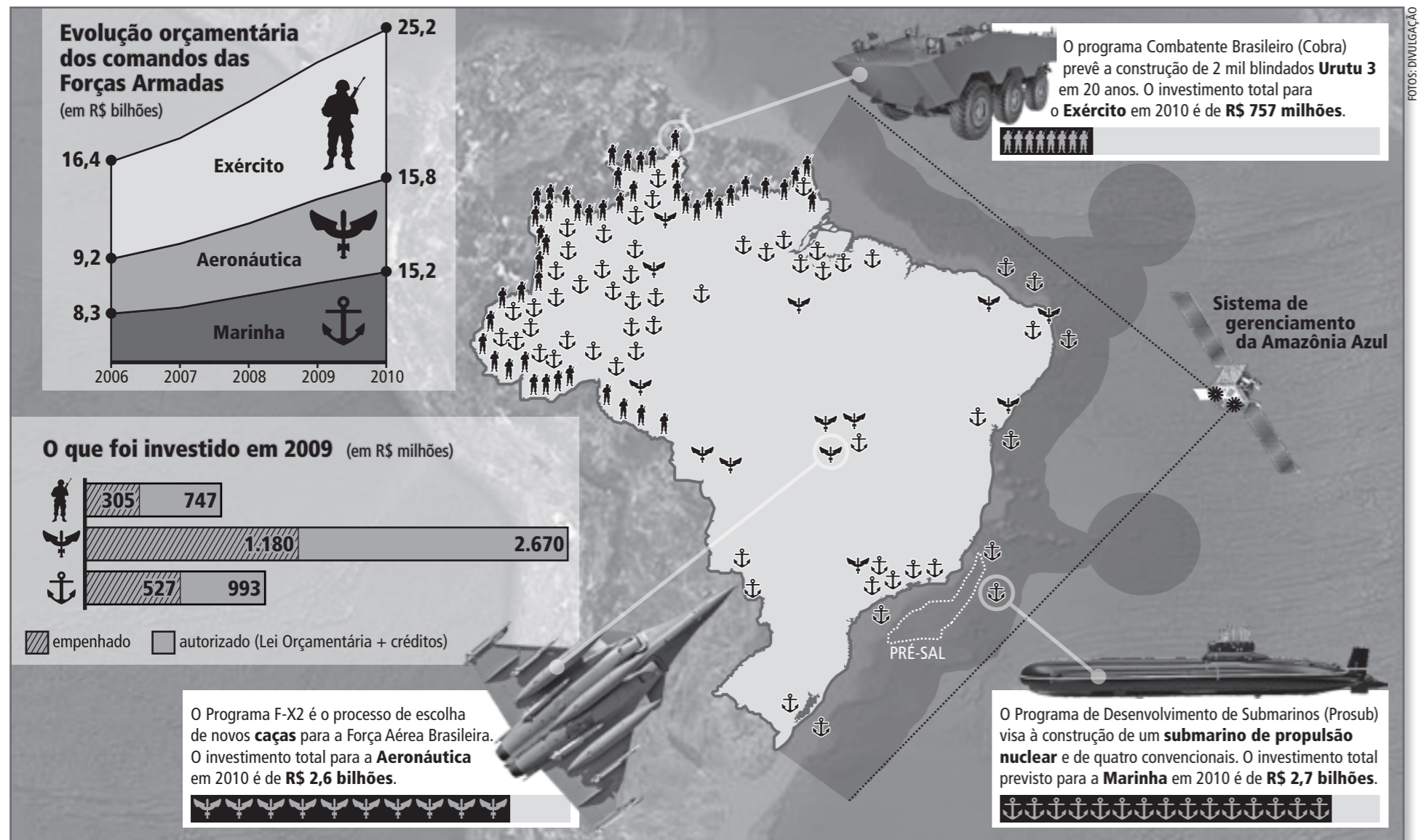
menos, mais R\$ 400 milhões para assegurar o seu funcionamento mínimo. Se isso não for obtido, não apenas a região do pré-sal deixará de ser fiscalizada durante 15 dias. Documento entregue ao Planejamento mostra que a capacidade de vigiar a foz do Amazonas contra ilícitos, degradação do meio ambiente e pesca predatória seria reduzida em 80% na fronteira com o Paraguai, em 75% com a Bolívia, e em 40% na fronteira com a Colômbia e a Venezuela.



Capacidade da Marinha de fiscalizar os 4,5 milhões de km² da costa brasileira é tão reduzida que a Força restringe ação a demandas específicas

Reorganização das Forças Armadas

Programas para a compra e a construção de novos aviões, veículos e submarinos fazem parte das ações destinadas a reaparelhar as três Armas



Esquadrilha da fumaça durante apresentação no último 7 de setembro: FAB negocia compra de caças supersônicos em meio a restrição orçamentária

País recupera confiança no controle do tráfego aéreo

O fim dos cortes nos recursos para segurança de voo e controle do espaço aéreo brasileiro, resultado das duas CPLs que trataram do apagão aéreo no Congresso, exemplifica bem o que acontece quando as dotações deixam de ser contingenciadas. "Passamos a ter capacidade de cumprir o planejado", afirmou o secretário de Economia e Finanças da Aeronáutica, brigadeiro Aprígio Eduardo de Moura Azevedo, ao **Jornal do Senado**.

A preservação do orçamento foi fundamental, continuou, para o Brasil conquistar 95% de confiabilidade no seu sistema de controle do tráfego aéreo, comprovado por auditoria este ano da Organização de Aviação Civil Internacional. "Só perdemos para o Canadá. Estamos à frente de países como Estados

Unidos e Inglaterra", comparou o brigadeiro. Esse programa contará com R\$ 999,21 milhões em 2010, um aumento de 51,5% sobre o montante autorizado este ano, conforme dados do Siga Brasil.

No entanto, as verbas restantes da Força ainda estão sujeitas a cortes. Moura Azevedo informou que R\$ 1,6 bilhão foi contingenciado este ano. A Força Aérea Brasileira (FAB), que precisa de 175 mil horas de voo para cumprir sua missão de patrulhamento do espaço aéreo do país, só alcançará, segundo ele, 150

mil horas este ano. Apenas 400 aeronaves, da frota de 750, estão voando. "As 350 restantes estão paradas para manutenção", citou para mostrar o aperto nas verbas de custeio. A FAB está tentando descontingenciar R\$ 127 milhões

para abastecer seus aviões.

A situação para 2010 também é preocupante. A FAB, que saiu na frente das outras Forças no seu plano de modernização, formulado a partir da década de 1990, vai sofrer decréscimo de 19,4% nos recursos orçados para seu reaparelhamento e adequação na comparação dos dois exercícios. Em 2010, está previsto R\$ 1,17 bilhão para esse programa dentro de um total de investimentos de R\$ 2,63 bilhões.

Essa restrição orçamentária ocorre ao mesmo tempo em que o país negocia com França, Suécia e Estados Unidos a aquisição e transferência de tecnologia de 36 caças supersônicos. Além disso, a FAB tem de dar prosseguimento a contratos importantes como, por exemplo, com a Eurocopter francesa para a fabricação de 50 helicópteros que serão distribuídos entre as três Forças, e com a Embraer.

Cortes devem atingir verbas não ligadas à segurança de voo

Território de Paz quer reduzir violência à metade

A oitava unidade do programa no país começa nesta sexta-feira em Guajuviras, bairro com 70 mil habitantes no município de Canoas, na Grande Porto Alegre

Guajuviras, bairro com 70 mil habitantes no município de Canoas, na Grande Porto Alegre, receberá, a partir desta sexta-feira, o oitavo Território de Paz, implantado pelo Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci). Guajuviras tem alto índice de criminalidade e uma população majoritariamente jovem (em Canoas, 44% dos moradores têm entre 15 e 27 anos), a exemplo dos sete anteriores (veja a lista no infográfico).

O Ministério da Justiça aposta que, no prazo de um ano, a criminalidade nos territórios de paz terá caído, pelo menos, 50%. Não parece uma meta audaciosa, tendo em vista que, segundo o mesmo ministério, em Santo Amaro, no Recife, já houve queda de 70%.

Estadísticas confiáveis, no entanto, só estarão disponíveis a partir de 2010, com os balanços das secretarias de Segurança Pública e do Ministério da Saúde (que monitora as mortes violentas por meio dos atendimentos na rede hospitalar pública).

Criado em outubro de 2007, o Pronasci concentra suas ações nas regiões metropolitanas mais violentas do país. Hoje, está pre-

sente em 21 estados, no Distrito Federal e em mais de uma centena de municípios. A ideia é mobilizar a comunidade para o trabalho de combate à criminalidade.

Entre as medidas do programa, estão a instalação de câmeras de vigilância para o monitoramento dos pontos mais violentos e a modernização das instituições de segurança pública, com a compra de armas e equipamentos capazes de combater a violência nos presídios, como aparelhos de raios X e detectores de metal.

A meta é, em um ano, reduzir a criminalidade em 50%

Os jovens recebem atenção especial por meio de projetos como o Protejo (Proteção de Jovens em Território Vulnerável), onde eles são incentivados a participar de atividades de educação, formação profissional, esporte e lazer e recebem uma bolsa-auxílio de R\$ 100 por mês.

O Território de Paz também investe na valorização e no treinamento dos profissionais de segurança pública, mas atua em frentes tão distintas como os direitos do consumidor, o combate à violência doméstica, a melhoria da infraestrutura urbana e a qualificação de juizes e promotores (veja quadro). Neste ano, o orçamento do Pro-

nasci é de R\$ 1,1 bilhão, mas o próprio Ministério da Justiça admite que parte dos recursos não tem sido aplicada porque faltam projetos viáveis e consistentes (leia mais nesta página). Independentemente disso, os resultados positivos são reconhecidos pelos próprios moradores – como revelou pesquisa da Fundação Getúlio Vargas realizada em setembro – e pela maioria das lideranças políticas dos estados incluídos no programa.

O Rio de Janeiro, reconhecido em âmbito nacional pelos altíssimos índices de criminalidade, tem se beneficiado com o programa. No Complexo do Alemão, um conjunto de favelas em morros da cidade, foi instalado um Território de Paz em dezembro de 2008. Menos de um ano depois, 63,89% dos moradores dizem que a violência diminuiu. O prefeito carioca, Eduardo Paes (PMDB), destaca a importância do Pronasci.

– O Pronasci é um programa vertical. Está todo mundo no mesmo barco – União, estado e municípios –, trabalhando juntos pela população do Rio, que merece ter dignidade – declarou Paes à imprensa, quando visitou com o ministro da Justiça, Tarso Genro, a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) que a PM do estado implantou no Morro Dona Marta.



Território de Paz é instalado em São Pedro, bairro da capital capixaba, Vitória: em sete meses, 56% dos moradores acreditam que violência caiu

Programa inclui ações sociais

Criado pela Lei 11.530, de 24 de outubro de 2007, o Pronasci tem os seguintes objetivos:

- melhorar a segurança pública e prisional
- ressocializar detentos e ex-detentos por meio de projetos educativos e profissionalizantes
- dar aos adolescentes e jovens em situação de risco acesso a políticas sociais governamentais
- garantir à população o acesso à Justiça e promover o respeito aos direitos humanos
- intensificar o combate ao crime e à corrupção policial
- recuperar equipamentos urbanos e implantar espaços públicos de convivência seguros

Índices de criminalidade caem quando todos colaboram para proteger os jovens em risco

Outros exemplos dos resultados do Território de Paz podem ser vistos nas periferias de capitais como Recife, Porto Alegre, Salvador e Rio Branco. No bairro de Santo Amaro, na capital pernambucana, foi instalado o primeiro Território de Paz, em 2 de dezembro de 2008, apenas dois dias antes da implantação no Complexo do Alemão. Segundo informou o secretário nacional de Segurança Pública, Ricardo Brisolla Balestreri, naquele bairro o índice de criminalidade foi reduzido em 74%.

Quando esteve em Brasília, há três semanas, para a divulgação da pesquisa da FGV, o prefeito do Recife, João Paulo (PT), confirmou a melhoria da autoestima das pessoas e uma percepção de segurança maior.

– Muitos comércio que viviam com grades retiraram essas grades. Há indicadores substanciais de redução da criminalidade e isso vai motivando a população, a juventude, as mulheres e o próprio investimento na urbanização, melhorando assim o padrão de vida dessa população – disse o prefeito.

A antiga invasão – hoje cidade-satélite – do Itapoã, nas cercanias de Brasília, tem 85 mil moradores. Foi a quarta comunidade do país

a receber o Território de Paz, também há cerca de dez meses. Lá foram implantados 28 projetos do Pronasci, inaugurados dois postos comunitários de segurança e investidos R\$ 48 milhões. O esforço rendeu frutos, pelo menos na pesquisa: 91,49% dos moradores acreditam que o Pronasci é capaz de melhorar a situação da segurança.

Morada do bairro de Tancredo Neves, onde ocorreram 17% dos homicídios de Salvador em 2007, a comerciante Maria da Glória Santos da Silva, 42 anos, tem história de vida idêntica à de milhares de mães brasileiras das grandes cidades. Ela viu seu filho, de 17 anos, ser assassinado por traficantes no ano passado. Em julho, engajou-se ao lado de outras 700 mulheres no Território de Paz lançado na capital baiana, na esperança de contribuir para reduzir a marca de violência em seu cotidiano.

– Não pude salvar meu filho, mas, com certeza, vou tirar muitos jovens e adolescentes do mundo do crime – contou Maria da Glória à Fundação Luiz Eduardo Magalhães, organização não governamental de Salvador voltada para estudos e ações na área de gestão e administração pública.

Senado incluiu adolescentes no Pronasci

Um projeto aprovado pelo Plenário em maio passado ampliou as ações do Pronasci, estendendo seu alcance aos adolescentes e ampliando sua capacidade de prevenir, controlar e reprimir a criminalidade. O relator, Valter Pereira (PMDB-MS), destacou que a extensão do programa à faixa etária de 15 a 24 anos (antes era de 18 a 24) foi uma das principais contribuições do Senado.

– Foi um erro excluir os menores de 18. É a partir de 12 anos que os traficantes estão fazendo o aliciamento – alertou o senador, para quem o Pronasci também deveria atuar nas regiões de fronteira, como nos municípios sul-mato-grossenses de Corumbá e Ponta Porã, onde se trava uma luta intensa contra o tráfico de drogas e outros crimes.

Para Gerson Camata (PMDB-ES), o Pronasci tem o mérito de ter trazido o governo federal para o centro do combate à violência, que até então “era uma questão que



Valter Pereira (E) considera que havia sido “um erro excluir os menores de 18 anos” do programa. Gerson Camata afirma que o Pronasci envolve o governo federal na prevenção da criminalidade

o secretário de Segurança empurrava para o prefeito, o prefeito para o governador, e nunca se encontrava uma solução”.

Em março deste ano, o programa Território de Paz foi implantado no bairro do Complexo de São Pedro, uma comunidade pobre de Vitória, capital capixaba.

– Agora, o governo federal resolveu atuar na área da violência, fazendo um programa de alto alcance social, acolhendo os jovens. Trata-se então de uma ação efetiva: não é uma conversa fiada, não é uma pregação – comemorou Camata.

O senador ficou especialmente impres-

sionado com o projeto Mães da Paz, mulheres que ganham R\$ 180 mensais para cuidar dos jovens da comunidade. Elas se encarregam de aconselhar os adolescentes expostos ao crime, além de conversar com os pais do menor.

Para Romeu Tuma (PTB-SP), o Pronasci pode beneficiar a população jovem.

– Centenas de municípios estão aderindo. Grandes programas de prevenção e de recuperação de usuários de drogas estão sendo elaborados – destacou Tuma, que elogiou a recente adesão das cidades paulistas de Jundiá e Rio Claro.

Projetos vinculam a segurança pública ao exercício da cidadania

Convencido de que a violência espelha a crise da segurança pública “têm raízes mais profundas, que não serão atingidas por medidas superficiais”, o senador Renato Casagrande (PSB-ES) apresentou em 2007 um projeto de lei sugerindo que a União crie uma Escola Nacional de Segurança Pública e Prote-

ção Social. O PLS 372/07 já foi aprovado pelo Senado e agora segue para discussão pelos deputados.

– Enquanto não entendermos que a segurança pública é um processo interdisciplinar, que une policiais, Judiciário, Ministério Público, sociedade, autoridades fazendárias, de planejamento, continuaremos a tomar medidas de pouca eficácia e resultados discutíveis – explica o senador.

Aloizio Mercadante (PT-SP) também tem proposta para a questão. Seu PLS 251/07 quer permitir que os recursos do Fundo de Amparo ao

Trabalhador (FAT) possam ser usados para financiar a qualificação dos profissionais de segurança pública.

Valter Pereira (PMDB-MS) propõe com o PLS 164/09 que o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) também destine verbas para os programas educacionais de Resistência às Drogas e à Violência, mantidos pelos governos estaduais.

Já Paulo Paim (PT-RS) apresentou o PLS 178/09, em que resgata a figura do inspetor escolar.

– Hoje, para lidar com os problemas da violência escolar, temos que contar com alguém que faça a mediação dos conflitos, contribuindo para a paz na escola – acredita Paim.

Metade das cidades não usa todo o dinheiro

Metade dos 109 municípios que aderiram ao Pronasci não vêm aplicando os recursos, segundo balanço preliminar do Ministério da Justiça. Cerca de 30% do R\$ 1,35 bilhão que o programa tinha em 2008 não foram usados. As prefeituras e os estados que não aplicaram o dinheiro poderão ser descredenciados. O ministro Tarso Genro não revelou quais cidades estão deixando de usar as verbas, mas assegurou que há municípios – grandes, inclusive – que “visivelmente não estão usando de maneira adequada”. Ele acrescentou que o balanço não avalia a qualidade e os resultados, mas apenas o volume de dinheiro usado. Segundo Tarso, o principal motivo são dificuldades técnicas na execução dos projetos. “Os municípios têm pouca experiência de lidar com esses recursos, pouca experiência nos programas preventivos”, disse ele à Agência Brasil.

Orçamento pode ter R\$ 250 milhões a mais em 2010

Boa parte do aumento nos recursos destinados ao Ministério da Justiça desde 2008 é para aplicação no Programa Nacional de Segurança Pública (Pronasci). Para 2010, a estimativa é de R\$ 1,4 bilhão, quantia que ainda pode ser aumentada quando for concluído o orçamento da União. A ideia do governo federal é investir R\$ 6,7 bilhões no programa até o fim de 2012.

O Pronasci é o maior projeto do Ministério da Justiça. Para se ter uma ideia, o programa receberá seis vezes mais recursos que a Polícia Federal. Uma significativa parcela é usada para pagar as 650 mil bolsas mensais, distribuídas entre agentes de segurança pública e mulheres e jovens expostos à violência. Os auxílios variam de R\$ 180 a R\$ 400 para servidores (policiais, bombeiros, agentes penitenciários, peritos etc.), R\$ 190 para mulheres e R\$ 100 para jovens.

Ocupação social

Veja como funcionam os territórios de paz, parte do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci)

Gabinetes de Gestão Integrada

Reúnem a comunidade e as diferentes corporações envolvidas – policiais civil e militar, bombeiros, guarda municipal – na organização das atividades de segurança pública no município. Assistentes sociais, psicólogos, educadores, pedagogos participam também da escolha de projetos que podem ser financiados pelo Pronasci.



Conselhos Comunitários de Segurança Pública

Fóruns em que as lideranças comunitárias de cada bairro são treinadas para participar dos debates e ações de segurança pública e na mediação de conflitos, representando moradores em suas principais demandas e necessidades.



Canal Comunidade

Bibliotecas instaladas nas comunidades para garantir que os cidadãos possam exigir seus direitos e servir de posto de atendimento do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (Sindec).

Geração Consciente

Voltado a jovens em situação de risco, esse projeto aposta em ações culturais para conscientizá-los de seus direitos e afastá-los do crime.



Reação positiva

Pesquisa mostra que os moradores de territórios de paz implantados no ano passado têm melhor percepção do impacto do projeto se comparados aos de territórios mais recentes (*)

Local	Já melhorou	Vai melhorar	Início do projeto
Santo Amaro, Recife	76,79%	85,71%	dez. 2008
Itapoã, Brasília	72,34%	91,49%	dez. 2008
Compl. Alemão, Rio de Janeiro	63,89%	78,33%	dez. 2008
ZAC 5, Rio Branco	61,90%	80,95%	dez. 2008
São Pedro, Vitória	56,73%	84,62%	mar. 2009
Bom Jesus, Porto Alegre	52,23%	88,84%	jun. 2009
Benedito Bentes, Maceió	35,42%	79,17%	maio 2009

(*) Quando a pesquisa foi realizada, o território de Tancredo Neves, em Salvador, ainda não havia sido implantado (28/7/09).

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV)



Proteção à mulher

São implantados juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher, delegacias e núcleos especializados nas defensorias públicas, tendo como meta realizar 70 mil atendimentos até 2011. Prevê-se também a construção de centros de educação e reabilitação para agressores domésticos.

Núcleos de Justiça Comunitária

Nesses centros, lideranças das comunidades aprendem a mediar conflitos para promover a justiça de forma alternativa e pacífica. A intenção é realizar 375 mil atendimentos até 2011.



Treinamento da Justiça

Juizes, promotores e defensores públicos são treinados em direitos humanos, principalmente os que dizem respeito à aplicação dos tratados internacionais assinados pelo Brasil.

comissões



OSÉ CRUZ

Senadores Valter Pereira (E) e Gilberto Goellner, na CRA: medida estende a agricultores benefício de outras profissões

Máquinas agrícolas ficam livres de penhora

Projeto protege equipamentos e implementos usados por produtor rural de serem tomados pelos bancos, exceto se foram dados em garantia

Máquinas, equipamentos e implementos agrícolas, desde que pertencentes a produtor rural, pessoa física ou jurídica, não poderão sofrer penhora judicial. É o que determina projeto aprovado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e que agora será votado em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O texto, porém, livra da penhora os equipamentos dados

em garantia para o seu próprio financiamento ou que respondam por dívida de natureza alimentar, trabalhista ou previdenciária.

No projeto de lei (PLS 151/08), o autor, senador Pedro Simon (PMDB-RS), lembra que o Código de Processo Civil já prevê a impenhorabilidade de “livros, máquinas, ferramentas, utensílios, instrumentos e outros bens móveis necessários ou úteis ao exercício de qualquer profissão”, mas no entendimento dos credores – os bancos –, essa norma

“só tem alcançado as atividades profissionais urbanas, deixando de lado os direitos do homem do campo”, segundo explica Simon.

CPI DO MST REJEITADA

A retirada de 45 assinaturas de deputados federais impediu a criação de uma CPI mista para investigar repasses federais ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A criação chegou a ser lida em Plenário.

Aprovada nova Política Nacional de Abastecimento

A adoção de uma Política Nacional de Abastecimento (PNA), que assegura à população oferta e qualidade dos alimentos e insumos indispensáveis à produção de produtos alimentícios, foi aprovada na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). A proposta (PLS 51/08), do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), segue agora para análise das comissões de Serviços de Infraestrutura (CI), de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) – onde o texto terá decisão terminativa.

Decisão sobre películas vai aguardar estudos científicos

O senador Augusto Botelho (PT-RR), relator do projeto de lei que regula o uso de películas em automóveis, vai aguardar estudos mais aprofundados quanto à segurança do acessório antes de apresentar seu parecer à Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Na avaliação do senador, é necessária pesquisa científica que embase a aprovação de uma norma legislativa que trata da vida das pessoas. As observações foram feitas em debate sobre o assunto na CAS. Botelho havia oferecido inicialmente um parecer defendendo a rejeição do projeto (PLC 5/07).

A cobertura completa dos debates das comissões registrados abaixo está disponível em www.senado.gov.br/jornal.

Especialistas defendem plano para banda larga

A elaboração de um plano nacional de banda larga foi defendida em audiência conjunta das comissões de Serviços de Infraestrutura (CI) e de Ciência e Tecnologia (CCT). O sétimo painel da Agenda 2009/2015 – Desafios Estratégicos Setoriais teve como tema “Telecomunicações, acessibilidade, TICs e inovação”.

Defesa do Cerrado reúne especialistas

Os desafios da conservação do Cerrado, as pesquisas e produções científicas voltadas para a região e as especificidades do bioma foram os principais temas abordados no seminário “O Cerrado é nossa casa”, realizado no Interlegis e promovido pelo Senado Verde.

Obrigatoriedade de diploma para jornalistas

A exigência de diploma específico para o exercício do jornalismo foi defendida, na CCJ, em debate sobre a proposta de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE). A PEC 33/09, que restabelece essa obrigatoriedade, foi derrubada por uma decisão do Supremo Tribunal Federal em junho deste ano.

Empresa que usar energia alternativa receberá incentivos

Proposta que cria o Regime Especial de Tributação para o Incentivo ao Desenvolvimento e à Produção de Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Reinfra) foi debatida na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). O PLS 311/09 será votado na próxima reunião e prevê benefícios para empresas que produzem ou trabalham com energia eólica, solar e marítima.

Dívidas de estudantes com o Fies preocupa

O endividamento dos estudantes de nível superior junto ao Programa de Financiamento Estudantil (Fies) foi debatido pelos senadores da Comissão de Educação. Flávio Arns (PSDB-PR) recomendou atenção ao tema. O Fies atende a aproximadamente 500 mil alunos.

Grupo elabora regras para biocombustíveis

A elaboração de um marco regulatório para os biocombustíveis deve levar em conta o exemplo de outros países, disse Gilberto Goellner (DEM-MT) em reunião que discutiu regras para o setor.

ambiente legal

Crítica à exploração do pré-sal

A exploração do pré-sal é contestada por entidades ligadas ao meio ambiente. O gerente para América Latina da Green Initiative Carbon Assets (Gica), Diogo Negrão, por exemplo, afirma que “o petróleo é combustível do pas-

sado”. Segundo ele, não é inteligente aplicar centenas de bilhões de reais em algo que pode acabar em 30 anos. “Se investirmos o mesmo valor nas energias solar e eólica, que são renováveis, teremos energia para sempre.”

Mudanças aceleradas no clima

Os impactos das mudanças climáticas estão chegando mais rápido do que se previa, como demonstram a perda de gelo no Ártico ou a acidificação dos oceanos, segundo o Compêndio Científico de Mudanças Climáticas 2009, divulgado pela ONU. O documento enfatiza a importância de se obter em Copenhague, em dezembro, um acordo para substituir o Protocolo de Kyoto.

Patrimônio sob ameaça na cidade de Goiás

O patrimônio histórico e cultural da cidade de Goiás (também conhecida como Goiás Velho) encontra-se ameaçado pelas águas, segundo alerta de especialistas. Eles estão recomendando um esforço conjunto dos três âmbitos de governo – federal, estadual e municipal – para enfrentar a questão, que parece paradoxal: o risco vem da falta e, ao mesmo tempo, do excesso de água.

Necessidade de esforço conjunto

O Comitê Técnico das Águas da cidade, coordenado por Frans Leewenberg, enviou ofício a autoridades – inclusive ao prefeito, Márcio Caiado, e ao governador, Alcides Rodrigues – advertindo para o risco de colapso no abastecimento. Causa: redução do volume de água do subsolo e compactação do solo nas cabeceiras dos rios, provocada pela pecuária. Agravante: o consumo descontrolado e a poluição dos rios Prata, Bacalhau, Manoel Gomes e Vermelho.

Enchente no rio Vermelho

A outra face do problema são as enchentes do rio Vermelho, que ameaçam inclusive a casa onde viveu a poetisa Cora Coralina. O geógrafo Pedro Vieira, professor da UEG – que fez um levantamento das enchentes cíclicas, a partir de 1782 –, adverte para a possibilidade de uma nova grande cheia em até dois anos. A última ocorreu em 2001, poucos dias depois que a cidade foi elevada à condição de Patrimônio Histórico-Cultural da Humanidade.

decisões

Lei Joanna Maranhão: cerco à impunidade

Nadadora pernambucana que denunciou seu treinador por abuso sexual foi homenageada pela Comissão de Constituição e Justiça e compôs a mesa durante a votação do projeto de lei

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou projeto que assegura a quem for vítima de crime sexual, na infância ou adolescência, um prazo maior para, depois de chegar à maioridade, propor ação penal contra o pedófilo. Denominada Lei Joanna Maranhão, em homenagem à nadadora que denunciou seu treinador por abuso sexual sofrido quando criança, a proposta (PLS 234/09) estabelece que o prazo para prescrição do crime só começará a correr a partir da data em que a vítima completar 18 anos, a não ser que antes disso a ação já tenha sido proposta por seu representante legal.

Joanna estava presente à reunião e foi convidada pelo presidente da CCJ, Demostenes Torres (DEM-GO), a compor a mesa enquanto a matéria estava sendo votada. Depois que ela trouxe sua história a público, diversas vítimas de abuso sexual na infância se sentiram estimuladas a fazer o mesmo. Entre elas, estão duas nadadoras que confirmaram ter sofrido abuso praticado pelo mesmo treinador. Mesmo assim, ele ficou a salvo de processo porque já havia esgotado o prazo para a ação, situação que o projeto de iniciativa da CPI da Pedofilia quer impedir.

Ao defender a aprovação da matéria, o relator, Aloizio Mercadante (PT-SP), argumenta que muitas vezes a vítima deixa de acusar aquele que abusa ou porque seus

responsáveis legais ignoram os fatos ou ainda porque são eles próprios os autores do crime e exercem sobre a vítima “temor referencial”, que a impede de revelar o episódio.

A matéria agora irá a Plenário, seguindo depois para Câmara, se confirmada sua aprovação final no Senado. Para Magno Malta (PR-ES), que preside a CPI da Pedofilia, seu acolhimento pela CCJ já representa um marco histórico. O senador disse que a instalação da CPI funcionou como um “catalisador” do drama dos crimes sexuais contra menores no país. Segundo Malta, chegaram à comissão centenas de denúncias, muitas já com o prazo para abertura de processo prescrito, mas a mudança no Código Penal poderá mudar esse quadro daqui para frente.

– As pessoas se encorajam e, a partir de agora, elas poderão ter mais facilidade para se livrarem de seus monstros – afirmou Magno Malta.

Lúcia Vânia (PSDB-GO) e Kátia Abreu (DEM-TO), assim como Arthur Virgílio (PSDB-AM), Renan Calheiros (PMDB-AL), Romeu Tuma (PTB-SP), Alvaro Dias (PSDB-PR), Renato Casagrande (PSB-ES), Inácio Arruda (PCdoB-CE), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), José Agripino (DEM-RN), Francisco Dornelles (PP-RJ), Marconi Perillo (PSDB-GO) e Romero Jucá (PMDB-RR) cumprimentaram Joanna Maranhão.



Malta (D), ao lado de Joanna Maranhão e Demostenes Torres: aprovação da lei é marco histórico

Professores devem ser capazes de identificar vítimas de violência

Cursos de formação de professores da educação básica e de pedagogia devem oferecer conteúdos que permitam aos futuros profissionais da área identificar efeitos físicos e psicológicos decorrentes de maus-tratos e de abuso sexual contra crianças e adolescentes. É o que prevê projeto (PLS 638/07) de Cristovam Buarque (PDT-DF) aprovado pela Comissão de Educação (CE).

A regra deve ser incluída no Estatuto da Criança e do Adolescente e Cristovam afirma que sua intenção com o projeto não é criar “clima alarmista”, mas apenas propor mais um mecanismo que ajude no combate à violência contra menores, muitas vezes praticada no próprio ambiente doméstico. Segundo ele, cada instituição de ensino terá a liberdade de decidir a forma mais adequada de inserir o novo conteúdo.

Na CE, a proposta foi relatada por Fátima Cleide (PT-RO) e, aprovada em decisão terminativa, deve ir diretamente à Câmara dos Deputados.

Em acareação, prefeito piauiense nega abuso contra meninas

Durante reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, o prefeito de Sebastião Barros (PI), Geraldo Eustáquio Machado, alegou ser inocente das acusações de ter abusado de duas crianças da região. Geraldo Machado e sua esposa, Maria José Eustáquio Machado, passaram por acareação, perante os senadores, com os pais e as mães das crianças, que reafirmaram as denúncias.

O presidente da Câmara Municipal de Corrente (PI), Raimundo Augusto da Silva Vieira, e sua esposa, Jane Mere Soschinske Vieira, acusam Geraldo Machado de assediar a filha deles, de 8 anos. Também o presidente da Câmara Municipal de Sebastião Barros, Joedson Lobato do Amaral, e sua esposa, Versuman Sena Amaral, acusam o prefeito de assédio e abuso contra a filha deles, de 10 anos.

IDOSOS

Foi aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos a criação do Fundo Nacional do Idoso, para financiar programas relativos à população da terceira idade. De acordo com o PLC 161/08, pessoas físicas e jurídicas poderão deduzir do Imposto de Renda (IR) as doações ao fundo, desde que não ultrapassem 1% do IR devido. O projeto segue agora para o Plenário.

GERIATRIA

As faculdades de Medicina poderão ser obrigadas a incluir a cadeira de geriatria no currículo, com carga horária não inferior a 120 horas. É o que determina projeto aprovado pela Comissão de Educação. O autor, José Agripino (DEM-RN), argumenta que, com o aumento do número de idosos, o país não tem geriatras suficientes. A matéria segue agora para a Câmara.

ANVISA

A Comissão de Ciência e Tecnologia aprovou projeto que oferece amparo legal à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para a realização de acordos de cooperação institucional, mediante convênios com universidades públicas, bem como com organismos internacionais com os quais o Brasil mantenha acordos de cooperação.

VAGAS NA GRADUAÇÃO

Um mesmo estudante não poderá ocupar, ao mesmo tempo, duas vagas em cursos de graduação em instituições públicas de ensino superior. Já adotada por muitas universidades públicas, essa proibição poderá ser regra geral estipulada em lei, se sancionado projeto da Câmara dos Deputados aprovado pela Comissão de Educação.

NOVA UNIVERSIDADE

Mais de 1 milhão de habitantes da região Norte podem ser beneficiados pela decisão da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) que aprovou a criação da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa). A nova universidade deve ser criada em Santarém, a partir do desmembramento das universidades federais do Pará e da Rural da Amazônia.

debates

Negro é discriminado no mercado de trabalho, constata especialistas

O negro ainda sofre discriminação para ter acesso ao mercado de trabalho. Quando consegue um emprego, na maioria das vezes recebe salário abaixo da média, se comparado com o trabalhador branco, apesar de ter o mesmo nível de escolaridade. A constatação foi feita durante audiência na Comissão de Direitos Humanos (CDH) que reuniu representantes de diversas entidades para debater a situação do negro no mercado de trabalho.

Mário Lisboa Theodoro, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), reconheceu que o índice de desemprego

é maior entre os negros em razão do racismo, “que deve ser combatido sob pena de o país continuar sendo o campeão da desigualdade”.

Já o ministro da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Edson Santos, mostrou otimismo com relação a avanços na luta contra as desigualdades raciais e ascensão das minorias. Ele disse que o governo vem formulando políticas públicas para reduzir a discriminação, “dialogando com todos os segmentos, incluindo os corporativos”.

Mesma posição otimista foi manifestada



Mário Lisboa, Paulo Paim e Edson Santos (D) durante audiência na Comissão de Direitos Humanos

por Paulo Paim (PT-RS). Ele destacou a existência de mecanismos para reduzir a discriminação, a exemplo do PLS 285/06, de sua autoria, que autoriza o Poder Executivo a criar o programa Cantando as Diferenças, destinado a promover a inclusão social de grupos discriminados. Paim, no entanto, reconheceu que a po-

pulação negra ainda sofre discriminação, principalmente no ingresso, ascensão e remuneração no mercado de trabalho.

Para o senador José Nery (PSOL-PA), a reunião serviu para ampliar a proposta de inclusão social para a população negra brasileira, com destaque para o pleno acesso ao mercado de trabalho.

debates



Em Copenhague, na Dinamarca, comitiva brasileira liderada pelo presidente Lula festeja o anúncio da escolha da cidade

Senadores comemoram vitória do Rio de Janeiro

Cidade venceu disputa com Chicago, Tóquio e Madri e sediará Jogos Olímpicos de 2016, feito inédito para um país sul-americano

Senadores comemoraram a escolha da cidade do Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas de 2016, em disputa com Madri (Espanha), Tóquio (Japão) e Chicago (EUA). Assim que foi anunciada a decisão, os parlamentares passaram a divulgar mensagens pelo Twitter para parabenizar a cidade. De São Luís, o presidente do Senado, José Sarney, também comemorou o resultado.

– Também ganhamos pela afetividade, hospitalidade e generosidade do carioca e pela alma do povo brasileiro – disse Sarney,

que telefonou ao presidente Lula e ao governador do Rio, Sérgio Cabral, para parabenizá-los pela conquista.

Marcelo Crivella (PRB-RJ), que integrou a comitiva em Copenhague (Dinamarca), onde se reuniu o Comitê Olímpico Internacional, declarou que a escolha faz o Rio “resgatar a condição de cidade maravilhosa”.

– O Rio conquista o mundo, para o Rio se voltam agora as atenções do mundo.

Francisco Dornelles (PP-RJ) considerou o anúncio o “marco de um processo de transfor-

mação que vai se materializar por grandes investimentos, crescimento e maior inserção no contexto internacional”.

Para o presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), Flávio Arns (PSDB-PR), a realização poderá fomentar o desenvolvimento não apenas do município, mas de todo o país.

Já Paulo Duque (PMDB-RJ) afirmou que o Rio é uma cidade “internacional”, com grande força espiritual e patriótica, que sintetiza o Brasil. Para ele, os desafios a serem superados já estão sendo enfrentados.

HERÁCLITO FORTES

O senador Heráclito Fortes (DEM-PI) elogiou, horas antes da escolha do Rio de Janeiro, a declaração do governador Sérgio Cabral de que os investimentos em infraestrutura para os jogos não dependerão de recursos oficiais. “A olimpíada é um sonho nosso, mas um sonho passageiro. O que precisamos, na realidade, é de saneamento básico, saúde e educação”, disse Heráclito.

PEDRO SIMON

Para o senador Pedro Simon (PMDB-RS), ao contrário das demais candidatas – Madri, Tóquio e Chicago –, os jogos representarão para o Rio mais que um evento esportivo. Será “uma consagração, uma festa de civismo e alegria”, de que todos os brasileiros vão participar, afirma ele, destacando o fato de que será a primeira olimpíada na América do Sul.

MÃO SANTA

Mão Santa (PSC-PI) elogiou o interesse do Brasil em organizar os jogos olímpicos, mas ressaltou que “mais importante que sediar copa do mundo e olimpíada é garantir segurança pública”. Ele concluiu que a “preocupação maior é com um país que nega trabalho aos brasileiros” e pediu responsabilidade aos governantes.

CONSTITUIÇÃO DA PARAÍBA

Roberto Cavalcanti (PRB-PB) afirmou que o Brasil está muito além do país instável, frágil e desprotegido do passado. O senador fez essas considerações sobre o avanço institucional do país ao celebrar o 20º aniversário de promulgação da Constituição da Paraíba.

LEGALIZAÇÃO DAS DROGAS

Magno Malta (PR-ES) criticou o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc. Para o senador, o Brasil não tem o direito de ter um ministro, como Minc, “que vai para as ruas fazer apologia às drogas”. Malta também criticou o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que, segundo ele, defendeu a legalização das drogas.

Congresso perde o deputado e ex-senador Alberto Silva, defensor do biodiesel

O Senado encerrou, logo no início, a sessão de segunda-feira passada, em homenagem ao ex-senador e deputado federal Alberto Silva (PMDB-PI), que morreu na madrugada do mesmo dia. Silva tinha 90 anos e faleceu de insuficiência respiratória, provocada pelo agravamento de uma pneumonia e complicações de câncer de próstata.

Heráclito Fortes (DEM-PI) afirmou que Alberto Silva marcou a história política e administrativa do Piauí. Engenheiro civil,

mecânico e eletricitista, ele governou o estado e foi prefeito do município de Parnaíba por duas vezes.

– Era um homem com uma cabeça e um pensamento bem além do seu tempo. Foi sempre um renovador – disse Heráclito, lembrando o pioneirismo do político na defesa de pesquisas para a substituição do combustível fóssil pelo biodiesel.

O presidente do Senado, José Sarney, no velório de Alberto Silva, realizado no Salão Negro do Congresso Nacional, enalteceu

a paixão com que o ex-senador defendia suas ideias, sempre voltadas, conforme lembrou, para o avanço tecnológico do país e para a redução das desigualdades regionais.

– Foi uma das maiores figuras do nosso tempo, um homem de muita inteligência e capacidade. Sua morte comove todos nós, políticos e amigos que com ele conviveram e que testemunharam o brilho, a inteligência e a imaginação com que se desempenhou nos cargos que exerceu.



Alberto Silva, falecido aos 90 anos, foi também governador do Piauí e prefeito de Parnaíba

Paim pede maior consciência para a preservação do planeta

O desrespeito à natureza vem provocando uma mudança climática “assustadora”, o que gera destruição e morte, afirmou Paulo Paim (PT-RS). O senador pediu maior engajamento de cada indivíduo na preservação do planeta. Do contrário, observou, o mundo continuará assistindo a fenômenos como *tsunamis* e derretimento de geleiras, entre outros problemas ambientais.

– Eu diria que todos somos responsáveis por tudo o que está acontecendo – disse Paim, lembrando fatos como o tremor que ocorreu em maio de 2008, na China, deixando 11 milhões de desabrigados e acima de 80 mil mortos; o tufão *Morakot* em 28 de setembro deste ano, em Taiwan; e o *tsunami* que provocou a morte de pelo menos

150 pessoas nas Ilhas Samoa, na semana passada.

– O aquecimento global é outro problema grave que ameaça gerações futuras e deve ser combatido a qualquer preço – alertou.

Apesar de reconhecer que o governo do presidente Lula vem tomando providências para evitar a degradação ambiental, Paim defendeu a ampliação de mais ações destinadas a proteger a natureza, como reciclagem de lixo, uso racional da água e firme combate ao desmatamento.

O senador também alertou para o aumento de queimadas e incêndios espontâneos – “frutos da alteração climática” –, que causam a destruição de milhões de hectares de vegetação, atingindo de forma catastrófica a fauna, a flora, o solo e os rios.

“Mudança climática tem provocado destruição e mortes”

Mário Couto: Pará pode perder verba do Pronasci

O Pará está ameaçado de perder sua dotação de verbas federais para segurança pública, disse Mário Couto (PSDB-PA). De acordo com o senador, a governadora Ana Júlia Carepa não teria prestado contas de R\$ 22 milhões recebidos do governo federal em 2008, dentro do Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania (Pronasci), do Ministério da Justiça.

– A governadora gastou uma parte, não prestou contas e devolveu o resto. Por isso, não receberá mais verbas do programa. Ela está brincando de governar – protestou. Segundo Mário Couto, o governo do Pará não teria utilizado o recurso em programas factíveis, dentro dos prazos previstos. Ele elogiou o Distrito Federal, “que está com os recursos para 2009 garantidos”. O senador também disse haver irregularidades em serviços de asfaltamento feitos na Vila do Cuiarana, município de Salinas (PA).

José Nery cobra regularização em Barcarena

José Nery (PSOL-PA) cobrou do governo federal solução para a situação dos moradores da área da Companhia de Desenvolvimento de Barcarena (Codebar), no Pará, que lutam por regularização do local. Segundo o senador, as mais de 10 mil famílias recebem ameaças, feitas pela direção do órgão, de despejos, reintegrações de posses arbitrárias, leilões de vendas de lotes ocupados, “inventários” e “mapeamentos” do Exército. – Tudo para servir aos interesses da indústria da mineração e do agronegócio, responsáveis pela degradação socioambiental – criticou. “A Codebar é vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, portanto, o governo federal não pode mais se esquivar de suas responsabilidades.” Nery também sugeriu que uma comissão do Senado aprove uma emenda global para apoiar o funcionamento e o aparelhamento dos conselhos tutelares.

institucional

Estrutura dos gabinetes pode sofrer mudanças

Conselho de Administração do Senado, presidido pelo diretor-geral Haroldo Tajra, também rejeita adoção de plano de demissão voluntária sugerido pela FGV

O Conselho de Administração do Senado, incumbido de estudar a proposta da Fundação Getúlio Vargas (FGV) de revisão da estrutura organizacional da Casa, encaminhará à Mesa diretora uma minuta de projeto de resolução do Regulamento Administrativo

na qual poderá incluir uma proposta de mudanças na estrutura dos gabinetes dos senadores. A informação foi prestada sexta-feira pelo diretor-geral, Haroldo Tajra. Se for aprovada pela Mesa, a minuta será convertida em projeto de resolução a ser encaminhado ao Plenário, para

deliberação.

Haroldo Tajra informou também que o conselho não adotará a recomendação da FGV de instituir um plano de demissão voluntária para funcionários que possuem estabilidade e aposentadoria integral. O diretor-geral argumentou que a proposta de incentivar a demissão de servidores efetivos representaria custos muito altos para o Senado Federal.

– O conselho chegou à conclusão de que o plano de demissão voluntária seria inviável do ponto de vista econômico – afirmou o diretor.

Presidido por Tajra, o Conselho de Administração é composto também por representantes da 1ª secretaria, da Presidência, da Diretoria-Geral Adjunta, da Secretaria-Geral da Mesa e da Secretaria de Recursos Humanos, da Secretaria de Controle Interno, da Secretaria Especial de Comunicação Social, da Consultoria Legislativa, da Consultoria de Orçamento e da Advocacia.



Haroldo Tajra diz que conselho encaminhará à Mesa diretora minuta que, se aprovada, será convertida em projeto de resolução a ser levado ao Plenário

Comissão divulga relatório sobre atos administrativos não publicados

A comissão criada para identificar os responsáveis pelos “atos administrativos secretos” concluiu seus trabalhos no último dia 29 e apresentou um relatório com o objetivo de “relatar a atuação da administração do Senado e respectivos fundamentos jurídicos” em relação ao caso.

De acordo com o diretor-geral do Senado, Haroldo Tajra, que endossou o trabalho juntamente com o advogado da Casa Luiz Augusto Geaquinto, o relatório não isenta nem responsabiliza ninguém, apenas determina que “a competência para publicação de atos é dos funcionários, e não de parlamentares”. Ele ressaltou, porém, que há um processo administrativo em curso que pode apontar responsáveis e resultar em punições. O ex-diretor-geral

Agaciel Maia e o ex-diretor de Recursos Humanos José Carlos Zoghbi respondem a processo disciplinar, a ser concluído em 7 de novembro.

O trabalho final da comissão, criada pelo presidente José Sarney, sustenta que a análise dos atos não publicados à época correta – entre 1995 e 2009 – mostrou que se tratava de “temas corriqueiros” voltados “à aplicação interna na própria administração do Senado” e não continha “sequer dúvida quanto à legalidade dos respectivos conteúdos”. Diz ainda que “não se detectou nepotismo ilegal ou outra irregularidade entre os servidores em atividade nomeados pelos atos não publicados, salvo os casos que já são objeto de processos”.

CORREIO BRAZILIENSE

Em resposta ao jornal *Correio Braziliense*, que em editorial criticou a reforma administrativa do Senado, o diretor-geral da Casa, Haroldo Tajra, afirmou que a publicação “optou pelo caminho do denunciamento”. Na nota, Tajra lembra que a própria Fundação Getúlio Vargas, que apresentou proposta de reformulação administrativa, considerou que os salários pagos pelo Senado são pertinentes e que a Lei de Responsabilidade Fiscal autoriza gastos com pessoal de até 0,86% do orçamento; no Senado esse índice é de 0,38%. Tajra considera que distorções existem e devem ser corrigidas, mas sem culpar os servidores “por erros do passado e sem romper o princípio constitucional que trata da irredutibilidade salarial”.

Para ele, o jornal confunde a opinião pública ao negar a informação sobre medidas para redução de gastos. A íntegra da nota pode ser lida em www.senado.gov.br/agencia.

presidência

Sarney recebe relatório que aponta irregularidades no PAC

O presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Ubiratan Aguiar, entregou na quarta-feira ao presidente do Senado, José Sarney, o relatório Fisobras, que consolida a fiscalização de obras do governo. Das 219 obras auditadas, 41 receberam recomendação de paralisação por apresentarem irregularidades graves, incluídas aí 13 das 99 obras que integram o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) fiscalizadas. Sarney afirmou que, se as irregularidades apontadas tiverem procedência, o Legislativo acatará as recomendações.

O Fisobrás, relatado no TCU pelo ministro Aroldo Cedraz, sugere que 22 outras construções sofram retenção cautelar de pagamentos. O montante orçamentário das 219 obras monitoradas corresponde a R\$ 35,4 bilhões, sendo R\$ 25 bilhões de obras do PAC. Ainda em outras 89 obras fiscalizadas foram identificadas irregularidades graves, mas a recomendação do TCU é para que essas obras sejam continuadas.

COMPROMISSO

Ao empossar na semana passada o novo ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, o presidente Lula afirmou considerar importante que o governo mantenha uma base no Parlamento e que os partidos aliados assumam compromissos com o governo. José Sarney participou da cerimônia de posse.

CIÊNCIA

Ao assinar com o representante da Unesco no Brasil, Vincent Defourny, compromisso de parceria institucional para celebrar o Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, José Sarney afirmou que “as teorias políticas desenvolvidas ao longo da história da civilização foram incapazes de melhorar a qualidade de vida com a mesma eficácia que teve a ciência”.

MANIFESTO

José Sarney recebeu um manifesto em defesa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) entregue pelo bispo emérito de Goiás, dom Tomás Balduino, e pelo presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Augusto Chagas, entre outras pessoas. O manifesto é assinado por dezenas de representantes de organizações brasileiras e estrangeiras.

AMAZÔNIA

Em reunião com o governador do Amapá, Waldez Góes, José Sarney manifestou seu apoio à posição dos nove governadores da região amazônica que querem incluir a Floresta no mercado de carbono. Entre outros, acompanhou o governador o procurador-geral do Amapá, Iaci Pelaes. O assunto do encontro foi o Fórum de Governadores da Amazônia, que se realizará em 15 e 16 de outubro, em Macapá.

ENERGIA ALTERNATIVA

O governador do Ceará, Cid Gomes, foi recebido na última semana pelo presidente do Senado. De acordo com a assessoria de Sarney, Cid Gomes lhe pediu para acelerar a tramitação, quando chegar ao Senado, do projeto, hoje na Câmara, que cria um fundo para financiar pesquisas e incentivar a produção de energia elétrica e térmica a partir das energias solar e eólica.

MANICÔMIOS

O presidente do Conselho Federal de Psicologia, Humberto Verona, e integrantes da Marcha dos Usuários pela Reforma Psiquiátrica Antimanicomial foram recebidos por José Sarney. O presidente do Senado prometeu estar atento a todos os projetos favoráveis ao retorno dos tratamentos invasivos e das internações de doentes mentais em manicômios, para evitar que eles sejam aprovados.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4ª Secretária: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: Haroldo Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes
Chefia de Reportagem: Elina Rodrigues Pozzebom e Moisés Oliveira
Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e da Secretaria Jornal do Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

EDIÇÃO SEMANAL



Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão
Editor-chefe: Flávio Faria
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Rafael Faria e Suely Bastos
Reportagem: Cíntia Sasse, Janaína Araújo, João Carlos Teixeira, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil
Diagramação: Bruno Bazílio, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella, Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 61 3303-3333 e 0800 61-2211 - Fax: 61 3303-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo 1 do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

programação



Sessão histórica em 5 de outubro de 1988: Ulysses Guimarães levanta-se e declara promulgada a Carta Magna, depois de 18 meses de trabalho de 559 congressistas

Banco Central não vai regulamentar cartão de crédito

O governo decidiu que o Banco Central não vai regular os cartões de crédito. Um grupo de trabalho formado pelo próprio BC, pela Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça e pela Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda concluiu que as normas legais e a autorregulamentação que as administradoras prometeram adotar são suficientes para garantir concorrência e transparência ao setor. Para comentar a decisão, o *Senado Economia* convidou o senador Adelmir Santana (DEM-DF).

Senado Economia

Senado FM:
segunda-feira, 5/10, às 7h30
Internet: desde sexta-feira, 2/10

Treinamento para novos jornalistas

Responsável pelo treinamento e seleção do jornal *Folha de S. Paulo*, Ana Estela Pinto é a entrevistada do *Estação da Mídia*, que ouviu também Danilo Macedo, que passou por um programa semelhante no jornal *O Estado de S. Paulo*. Ana Estela explica como é feita a seleção para o curso da *Folha* e Danilo comenta os três meses de curso no *Estadão*.

Estação da Mídia

Senado FM e internet:
terça-feira, 6/10, às 7h30

Rádio: Constituição faz 21 anos

Senadores, boa parte deles constituintes em 1988, falam ao programa *Entrevista Especial* sobre os debates que deram origem à Carta Magna e o que pode ser revisto e atualizado na lei máxima

A Constituição Cidadã completa nesta segunda-feira 21 anos desde a sua histórica promulgação.

Após 18 meses de trabalho, discussões e manifestações dos mais diversos setores da sociedade, a nova Carta Magna, a Assembleia Nacional Constituinte, com 559 congressistas liderados

por Ulysses Guimarães, consolidava naquele 5 de outubro de 1988 a democracia brasileira.

A nova Carta, tida como a mais avançada do ponto de vista social entre todas as constituições do país, começava sua missão de guiar o reordenamento das instituições e políticas públicas.

Para celebrar a data, o programa *Entrevista Especial*, da Rádio Senado, convida alguns senadores, boa parte deles constituintes em 1988, a analisarem a importância da nova Constituição para o país, os principais temas debatidos entre os parlamentares à época, os aspectos da Carta que podem

ser atualizados e o que ainda precisa ser regulamentado. O programa vai ao ar nesta segunda-feira, às 12h.

Entrevista Especial

Senado FM e Ondas Curtas:
segunda-feira, 5/10, às 12h



SÁBADO

1h - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia
2h - Leituras
2h30 - Diplomacia e Inclusão
3h30 - Cidadania
4h - Alô Senado
4h15 - Argumento
4h30 - De Coração
5h - Conversa de Músico
6h - Cidadania
6h30 - EcoSenado
6h45 - Argumento
7h - TV Brasil Internacional
8h - De Coração
8h30 - Cidadania
9h - Alô Senado
9h15 - EcoSenado
9h30 - Leituras
10h - Conversa de Músico
11h - Parlamento Brasil
11h30 - Diplomacia e Inclusão
12h30 - Encontros
13h - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia
13h30 - Cidadania
14h - EcoSenado
14h15 - Alô Senado
14h30 - Espaço Cultural
15h30 - Tela Brasil/Salão Nobre
16h30 - Agenda Econômica
17h30 - Encontros
18h00 - Conversa de Músico
19h00 - Cidadania
19h30 - Leituras
20h - Alô Senado
20h15 - Ecosenado
20h30 - Especial
21h - Parlamento Brasil
21h30 - Agenda Econômica
22h30 - Diplomacia e Inclusão
23h30 - De Coração
24h - Espaço Cultural

DOMINGO

1h - Cidadania
1h30 - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia
2h - Alô Senado
2h15 - EcoSenado
2h30 - Agenda Econômica
3h30 - Cidadania
4h - Leituras
4h30 - De Coração
5h - Conversa de Músico
6h - Cidadania
6h30 - Alô Senado
6h45 - Argumento
7h - TV Brasil Internacional
7h30 - Cidadania
8h - Leituras
8h30 - De Coração
9h - Diplomacia e Inclusão
10h - Conversa de Músico
11h - Alô Senado
11h15 - EcoSenado
11h30 - Agenda Econômica
12h30 - Encontros
13h - Parlamento Brasil
13h30 - Cidadania
14h - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia
14h30 - Espaço Cultural
15h30 - Especial
16h30 - Encontros
17h - Diplomacia e Inclusão
18h - Conversa de Músico
19h - Cidadania
19h30 - Alô Senado
19h45 - EcoSenado
20h - Especial
20h30 - Leituras
21h - Tela Brasil/Salão Nobre
22h - Agenda Econômica
23h - Parlamento Brasil
23h30 - De Coração
24h - Conversa de Músico

SÁBADO

6h - Matinas
7h - Música e informação
9h - Prosa e Verso
9h30 - Música e informação
10h - Reportagem Especial
10h30 - Música e informação
12h - Senado Resumo
12h30 - Música e informação
14h - Cine Musical
14h15 - Música e informação
15h - Autores e Livros
15h20 - Música e informação
18h - Improviso Jazz
19h - Música e informação
20h - Escala Brasileira
21h - Música e informação
22h - Cine Musical
22h15 - Música e informação
DOMINGO
6h - Matinas
7h - Música e informação
8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
9h20 - Música e informação
10h - Cine Musical
10h15 - Música e informação
16h - Prosa e Verso (reprise)
16h30 - Música e Informação
17h - Reportagem Especial
17h30 - Música e informação
20h - Jazz & Tal
21h - Música e informação

De segunda a sexta-feira, a programação da Rádio Senado e da TV Senado dedica-se prioritariamente à transmissão ao vivo das sessões realizadas no Plenário e nas comissões. Não havendo sessão, as emissoras transmitem reuniões de comissões que não puderam ser transmitidas

ao vivo, programas jornalísticos sobre as atividades dos senadores, reportagens especiais sobre temas em discussão na Casa e reprises de sessões. No caso da Rádio Senado, a programação inclui também seleções musicais.

Como sintonizar

TV A CABO: (55) e Manaus (57).
NET, Mais TV e Video Cabo
TV POR ASSINATURA: ANTENA PARABÓLICA
Sky (canal 118), Directv (217) e Teccat (17)
UHF: João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (canais 36 e 51), Salvador (53), Recife

Sistema analógico:
Satélite: B1
Transponder: 11 A2
Polarização: horizontal
Frequência: 4.130 MHz

Sistema digital:
Satélite: B1
Transponder: 1 Banda Estendida
Polarização: vertical
Frequência: 3.644,4 MHz
Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz
Antena: 3,6 m

PID - Vídeo: 1110
Áudio: 1211
PCR: 1110
Receptor de Vídeo/Áudio
Digital NTSC MPEG-2 DVB
Symbol Rate: 3,2143Ms/s
FEC: ¾

Como sintonizar

FM
Brasília (DF) e regiões vizinhas - 91,7 MHz
Natal (RN) - 106,9 MHz (caráter experimental)
ONDAS CURTAS
Frequência de 5.990 kHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG

INTERNET
No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio dos programas *Real Player* ou *Windows Media Player*
ANTENA PARABÓLICA
Satélite Brasilsat B1; receptor na frequência de 4.130 MHz; polarização horizontal; transponder: 11 A2

voz do leitor

Salário da PM

"Congratulo-me com o senador Geraldo Mesquita Júnior por defender a equiparação salarial dos policiais e bombeiros militares estaduais ao soldo dos policiais militares do Distrito Federal [PEC 300/08, em tramitação na Câmara]. Entretanto, solicito que seja incluída na proposta a categoria de funcionários que trabalham nas carceragens do sistema penal brasileiro. Essa é uma classe sofredora e discriminada pelos governos estaduais."

Antonio Carlos dos Anjos, do Rio de Janeiro (RJ)

Caos na saúde

"Fico satisfeito ao ver que alguém no Congresso percebe o caos que está a saúde no país, principalmente para aqueles que dependem desses serviços. O senador Mozarildo Cavalcanti colocou de fato a realidade: esse sistema falido serve apenas para o básico e ainda assim a qualidade é péssima. Criam-se impostos, aliás velhos conhecidos – apenas renomeados –, mas a saúde continua sempre igual".

Moizes Budin, de União da Vitória (PR)

Prevenção

"Parabenizo a senadora Marisa Serrano pelo brilhante projeto de incentivo para melhoria da saúde preventiva nas escolas, e aproveito a oportunidade para solicitar que esse projeto não se limite somente ao mês de agosto, mas a todo o calendário escolar. Gostaria de informar que no meu município já existe um trabalho bem parecido na área de odontologia, formada pelas equipes do programa Saúde da Família, que realizam visitas e atendimentos nas escolas municipais, em parceria com as secretarias municipais de Saúde e Educação e com o governo federal."

Betto Veloso, de Aliança (PE)

Devedores

"O que o governo pretende fazer para os grandes devedores – municípios, empresas, clubes –

ficarem quites com a Previdência? Só quem paga é o trabalhador, com o retardamento de sua aposentadoria, provocado pelo fator previdenciário. É bem mais fácil tirar de pessoas indefesas."

Luiz Azevedo, de Jaboatão dos Guararapes (PE)

Competência

"A maneira mais simples de verificar as intenções e a competência dos políticos é observar as condições de saneamento e educação ambiental do município que administram. A forma como a natureza está sendo tratada refletirá a mentalidade de quem está à frente das decisões."

Taynara Assano Zoner, de Assis (SP)

Circo

"A triste realidade vivida pelos animais de circo em nosso país demonstra o quanto ainda a humanidade precisa elevar-se. Animais vivem por décadas em míseras jaulas, sendo chicoteados, com dentes arrancados e até passando fome. Não raro são encontrados abandonados em rodovias. Espero que se aprove urgentemente uma lei que proíba a apresentação de animais em circos."

Davis Glaucio Quinelato, de Catanduva (SP)

Amazônia

"Há algum tempo o interesse internacional pela Amazônia vem se tornando cada vez maior. Países de Primeiro Mundo, em especial os Estados Unidos, reúnem argumentos para a participação externa na exploração das riquezas naturais da Amazônia. A rica biodiversidade tem atraído pesquisadores de todo o mundo, uma vez que nela pode encontrar, por exemplo, matéria-prima para remédios. O governo brasileiro deve investir mais na segurança de nossas fronteiras para exercer a plena soberania e resistir a essa constante pressão internacional, fazendo com que a ameaça não se concretize definitivamente."

Dayse Marques, de Capela (AL)

frases



Parece fundamental que o Brasil, para não perder a razão, não permita o uso político de sua embaixada

Eduardo Azeredo, sobre abrigo na embaixada brasileira de cerca de 60 apoiadores do presidente deposto de Honduras, Manuel Zelaya.



GERALDO MAGELA

O Cerrado é um dos biomas mais complexos e importantes do Brasil, mas infelizmente tem sido negligenciado, destruído e explorado de forma irreparável

Serys Shlessarenko, sobre o processo de desmatamento da região.



MÁRCIA KALUME

Que os filhos dos que hoje precisam do Bolsa Família amanhã não precisem mais

Osmar Dias, ao afirmar que a porta de saída que garanta a autossuficiência dos beneficiários ainda é um desafio.

Não podemos permanecer surdos ao clamor da cidadania pela restauração da ética na política, sob pena de sermos cúmplices da deslegitimação das instituições da nossa democracia

Jefferson Praia, sobre projeto que torna inelegível candidato com "ficha suja".

Sempre houve forte ligação entre Previdência e política econômica. Os recursos eram frequentemente solicitados para investimento em setores de rentabilidade duvidosa dentro de um leque que ia desde o clientelismo até a corrupção

Paulo Paim, sobre o desvio de recursos da Previdência.

É preocupante que a reforma psiquiátrica não se concretize porque velhos setores interessados em lucrar com internações e recursos condenáveis ainda demonstrem força para limitar sua implantação e seus efeitos práticos

José Nery, em apoio à Marcha dos Usuários pela Reforma Psiquiátrica.

Com seu gesto, o presidente apenas expressou a preferência política por um país com o qual o Brasil tem vínculos culturais e de amizade de longa data

Roberto Cavalcanti, defendendo Lula sobre a compra de aviões militares.

O jornalismo é uma atividade específica e estratégica, notadamente na sociedade em que vivemos, sequiosa por informações precisas

Antônio Carlos Valadares, defendendo a exigência do diploma de jornalismo.



Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, Senado Federal, edifício Anexo I, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

pergunte ao senador

"Quase 100% dos senadores reclamam do excesso de medidas provisórias. Por que não rejeitam a maioria delas? O único assunto que atende à Constituição seria o socorro às vítimas de enchentes do Nordeste, das secas da região Sul."

João Batista, do Rio de Janeiro (RJ)

Regulamentação de medidas provisórias

O senador **Antônio Carlos Valadares (PSB-SE)** responde:

Em vez de uma rejeição sistemática das medidas provisórias, o Senado e a Câmara deveriam fazer uma regulamentação mais severa, mais limitativa, que seja utilizada para casos extremamente difíceis de resolver por meio de uma tramitação mais demorada.

Com informações da Rádio Senado



GERALDO MAGELA

Cuidados ao tatuar o corpo

Vêm do Egito antigo os primeiros sinais de tatuagem. Inicialmente vinculada a rituais religiosos e de guerra, a prática de pigmentar a pele de forma definitiva é hoje corriqueira e não para de ganhar adeptos. Mas antes de fazer uma tatuagem é preciso cercar-se de cuidados com as tintas, máquinas e agulhas necessárias para perpetuar na pele o desenho desejado. Saiba mais sobre tatuagem e também sobre a prática de perfurar o corpo para inserção de *piercing*, outra forma de adorno que exige atenção.

Produtos devem ter registro

Amadurecer a ideia de fazer uma tatuagem ou colocar um *piercing* é o primeiro passo para evitar arrependimento. A partir daí, a pessoa precisa procurar um profissional de confiança e ficar atento ao local e aos materiais a serem utilizados.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) publicou no ano passado a Resolução 55, que regulamenta os materiais utilizados no processo de tatuagem, exigindo o registro de todos os produtos.

Segundo o presidente do Sindicato

das Empresas de Tatuagem e Body Piercing de São Paulo (Setap), Antonio Carlos Ferrari, o Carlinhos, a norma determina que fabricantes e importadores se adaptem até 8 de fevereiro de 2010 – quando a resolução terá força de lei –, sob pena de terem seus equipamentos recolhidos.

Segundo Carlinhos, desde 2006 estúdios de tatuagens em todo país vêm se associando ao Setap nacional, que só aceita empresas legalizadas e que usem o equipamento que esteriliza os instrumentos, a autoclave.

Cautela antes, durante e depois

Tatuagem

- ✓ Consulte o dermatologista antes de se tatuar.
- ✓ Escolha bem a parte do corpo que vai tatuar e pense se o local escolhido não o prejudicará num futuro emprego.
- ✓ Escolha um estúdio com boas referências.
- ✓ Exija agulhas descartáveis, esterilização na autoclave e tintas com rótulos originais. Há perigo de contaminação por chumbo ou algum outro metal.
- ✓ Não beba nem fume no dia em que for fazer a tatuagem.
- ✓ Durante o procedimento, não se mexa bruscamente.
- ✓ Alimente-se bem e tome água.
- ✓ Se sentir algum mal-

estar, avise o tatuador.

- ✓ Terminada a tatuagem, é feita uma bandagem. Lave o local com água corrente e sabonete neutro ou antisséptico.
- ✓ Após a limpeza, passe pomada cicatrizante. A bandagem é refeita por dois dias até quatro vezes ao dia. Após isso, basta aplicar a pomada várias vezes ao dia.
- ✓ Não tome banho de piscina ou na praia, não pegue sol nem frequente sauna durante a cicatrização.
- ✓ Não utilize pomadas ou fórmulas indicadas por leigos.
- ✓ Não coce nem arranque cascas.

Os estúdios deverão informar aos clientes quanto aos riscos da atividade, além de cadastrar e identificar cada cliente (nome completo, idade, endereço, etc), anotar qualquer tipo de reação alérgica quanto aos corantes, luvas, agulhas, tintas e outros materiais que fazem parte dos procedimentos.

Piercing

- ✓ Os materiais ideais são ouro (com mais de 14 quilates), titânio ou teflon.
- ✓ Nos primeiros meses, lave o *piercing* com sabonete antisséptico.
- ✓ Evite piscina, mar, sauna e excesso de sol por 30 dias.
- ✓ No caso de *piercing* bucal, lave a boca com antisséptico diluído em água após as refeições.
- ✓ Na fase de cicatrização, limpe somente duas vezes por dia.
- ✓ Atritos causados por roupas apertadas ou movimentos podem causar queloides, formando um vermelho escuro ao redor do *piercing*, que pode levar à rejeição.
- ✓ O *piercing* só pode ser trocado ou retirado quando o local perfurado já estiver completamente cicatrizado.
- ✓ Estresse, má alimentação, uso de drogas e álcool ou doenças podem prolongar o período de cicatrização.
- ✓ Deixe longe do *piercing* cosméticos,

bronzeadores, aparelhos de telefone ou qualquer objeto de uso público. As infecções são causadas pelo contato com bactérias e fungos que podem estar em qualquer lugar.

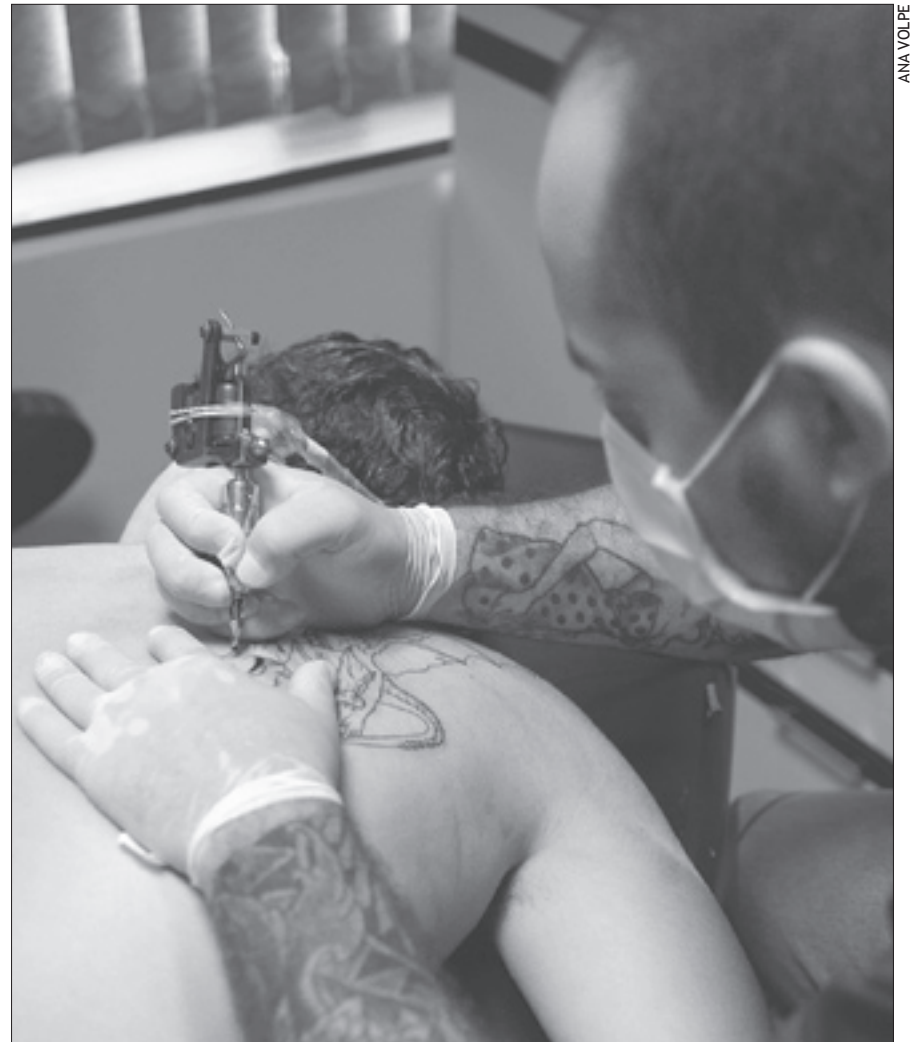
- ✓ Só toque o *piercing* para limpá-lo.
- ✓ Não permita que outras pessoas toquem seu *piercing*.
- ✓ Não aplique álcool, água oxigenada, mertiolate, mercúrio e pomadas que não sejam indicadas por um profissional. O tempo estimado para a cicatrização depende do local em que estiver o *piercing*:
- de 6 a 8 semanas para o lábio;
- de 6 a 8 semanas para a língua;
- de 2 a 3 meses para a sobrancelha;
- de 3 meses a 1 ano para orelha e nariz;
- de 6 meses a 1 ano para umbigo;
- de 4 meses a 1 ano para mamilo.

Fonte: www.tatuando.com

A dermopigmentação, nome técnico para a tatuagem, tem raízes na história de vários povos, como os de Egito, Polinésia, Filipinas, Indonésia e Nova Zelândia. O termo tatuagem, do francês *tatouage*, tem origem em línguas polinésias (taitiano). A palavra inglesa "tattoo" foi empregada pela primeira vez pelo capitão James Cook, que escreveu a palavra "tattoo" (pronuncia-se "ta-tau"), que era o som feito durante a execução

da tatuagem, em que eram usados ossos finos como agulhas e uma espécie de martelinho para introduzir a tinta na pele.

No ano de 787, a Igreja Católica banuiu a tatuagem da Europa, considerando-a como vandalismo no próprio corpo. Ainda para reforçar o estigma, em 1879, a Inglaterra adotou a prática como uma forma de identificação de criminosos. Fonte: Wikipedia



Estúdio de tatuagem em Brasília: resolução da Anvisa, que entra em vigor em fevereiro de 2010, disciplina que tipos de materiais podem ser utilizados e demais condições para o procedimento

Proibição para menores de idade em SP

Quando o assunto é tatuar ou colocar *piercing* em menores de idade, é preciso conhecer as limitações legais. Em São Paulo, por exemplo, as práticas são proibidas pela lei estadual 9.828/97, ainda que haja a autorização dos pais. O estabelecimento que descumprir a lei pode ser fechado e seus profissionais considerados infratores do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90).

Para o senador Papaléo Paes (PSDB-AP), a lei paulista deveria ser estendida a todo o país. Ele considera correta a

proibição e explica que, além do risco de "automutilação e da possibilidade de contágio de viroses crônicas como hepatite e Aids", há o fator emocional, pois os menores muitas vezes são influenciados e podem se arrepender do ato ao se tornarem adultos. O senador, que também é médico, avalia ser importante toda normatização para intervir com rigor em questões ligadas à saúde pública.

– Não se pode deixar que a execução das tatuagens aconteça sem regras claras – enfatiza Papaléo.

Projetos de lei buscam segurança

PLC 1/09, do deputado Ciro Pedrosa (PV-MG). Determina normas de segurança para serviços de barbearia, manicure, aplicação de tatuagens e inserção de *piercings*. Alterado na Comissão de Assuntos Sociais, pelo relator, Papaléo Paes (PSDB-AP), e aprovado pelo Plenário do Senado, retornou à Câmara dos Deputados.

PL 2.104/07, do deputado João Paulo Cunha (PT-SP). Regulamenta a atividade de tatuador e aplicador de *piercing* e condições de

funcionamento dos estúdios para o exercício profissional. Deverá ser analisado por comissões da Câmara.

PL 1.582/07, do deputado Edson Duarte (PV-BA). Proíbe a discriminação de pessoas com tatuagem e *piercing*. Tramita com o PL 3.980/00, do deputado Geraldo Cândido (PT-RJ), que proíbe expressão "boa aparência" nos anúncios de recrutamento e seleção de pessoal. Os dois precisam passar por comissões da Câmara antes da análise do Senado.

Saiba mais

Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)
SIA, trecho 5, área especial 57
Brasília (DF) - CEP: 71.205-050
Central de atendimento: 0800 642 9782
www.anvisa.gov.br

Sindicato das Empresas de Tatuagem e Body Piercing do Estado de São Paulo (Setap-SP)
Caixa Postal 12.886 - CEP:04010-970 – SP
(11) 5084-0056
www.setap-sp.com.br